



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**Análise do Papel da Educação de Adultos Para o Empoderamento da Mulher na
Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori.**

Dissertação

**Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos parciais para a obtenção
do grau de Mestre em Educação de Adultos.**

Elisa Alfredo Sevene

Maputo, 03 de Março de 2016

Supervisoras

Supervisora: Prof^a. Doutora Isabel Casimiro

Co-supervisora: dra. Alzira Munguambe

Declaração de Honra

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que ela constitui o resultado do meu labor individual. Esta dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Educação de Adultos, da Universidade Eduardo Mondlane.

Maputo ____/____/____

(Elisa Alfredo Sevene)

Dedicatória

Dedico este trabalho a todas as mulheres sonhadoras e batalhadoras que procuram bem-estar.

Dedico este trabalho aos meus filhos, Allen e Mauro, que são a razão da minha vida e me dão tantas alegrias que me ajudam a encarar este mundo com mais optimismo.

Dedico-o à minha mãe, já falecida, a qual não teve mãos a medir para me educar dentro da moralidade, não obstante todas as vicissitudes vividas. Ao meu pai, um especial apreço, pois apesar da distância que nos separa, não se cansa de mostrar a sua preocupação por mim e pela educação dos netos.

Também, não deixo de dedicar aos meus irmãos pelo apoio e força neste longo desafio.

Agradecimentos

- A minha sincera gratidão à Prof^a. Doutora Isabel Casimiro e à dra. Alzira Munguambe pela paciência, sabedoria e contributo na orientação deste estudo até se tornar realidade.
- O meu obrigado exterior vai à Direcção da Faculdade de Educação, em especial ao Departamento de Educação de Adultos, pelo apoio disponibilizado na realização deste trabalho.
- À Direcção da Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori, aos educadores e educandos, pela paciência e disposição oferecida durante a realização das entrevistas e observações às aulas, vai o meu maior apreço.
- Ao Serviço Distrital de Educação e Juventude e Tecnologia Ka Mavota, em especial ao Técnico de Alfabetização Vicente Chilaúle, pelo apoio dado para a obtenção de informações e fornecimento de dados.
- À DVV Internacional, que durante dois anos concedeu uma bolsa de estudos para este curso de Mestrado em Educação de Adultos.
- Por fim, a todas as pessoas que directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho, vai a minha imensa gratidão.

Lista de Siglas

AAEA- Associação Angola na Educação de Adultos

AEA- Alfabetização e Educação de Adultos

ALFALITE- Alfabetização e Literatura

AMODEG- Associação Moçambicana dos Deficientes de Guerra

CONFITEA- Conferência Internacional de Educação de Adultos

DINAEA- Direcção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos

DVV Internacional- Instituto de Cooperação Internacional Alemã de Educação de Adultos

EA- Educação de Adultos

EPT- Educação para Todos

FELITAMO- Programa de Promoção da Alfabetização das Mulheres em Angola e Moçambique

HIV/SIDA- Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

INE- Instituto Nacional de Estatística

EPI- Ensino do 1º Grau

MDM- Metas do Desenvolvimento do Milénio (**MDG-** Millenium Development Goals)

MEC- Ministério de Educação e Cultura

MEPT- Movimento de Educação Para Todos

MINED- Ministério de Educação

NPBs- Núcleos Pedagógicos de Base

PAIPG- Plano de Acção para Integração da Perspectiva do Género

PARPA- Plano de Acção para Combate à Pobreza Absoluta

PEE- Plano Estratégico de Educação

SNE- Sistema Nacional de Educação

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ZIPs- Zonas de Influência Pedagógica

Lista de Tabelas

	Pág
Tabela 1: Distribuição dos alfabetizandos por anos, turmas e sexo.....	18
Tabela 2: Síntese da Retenção dos Alfabetizandos/2010, por ano e por sexo.....	20
Tabela 4: Estado Civil.....	48
Tabela 5: Variação do Rendimento.....	49
Tabela 6: A quem visita em caso de doença?.....	50
Tabela 7: Participação nas eleições.....	50
Tabela 10: Situação do aproveitamento pedagógico do ano lectivo de 2010 (Em Anexo)	
Tabela 11: Situação do aproveitamento pedagógico do ano lectivo de 2011 (Em Anexo)	

Resumo

Esta dissertação faz uma análise da Alfabetização e Educação de Adultos para o empoderamento da mulher na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori. A questão a investigar é saber como é que esta instituição de ensino de adultos implementa os programas traçados para a promoção e empoderamento da mulher. A tratar do processo de ensino-aprendizagem, pretende-se conhecer as metodologias aplicadas e o material didáctico usados que contribuem para a construção da aprendizagem orientada para as necessidades reais dos educandos.

A pesquisa refere-se a aspectos do processo de ensino, relacionados com as estratégias dos alfabetizadores, actividades dos alfabetizadores, formas de comunicação e todas as outras situações quer materiais, quer institucionais que interferem no processo de ensino-aprendizagem.

Os procedimentos metodológicos que guiaram esta pesquisa basearam-se principalmente no estudo bibliográfico e análise documental atinente aos programas de ensino e documentos afins.

A recolha de dados realizou-se através de entrevistas e observação de aulas.

A pesquisa permitiu concluir que a actuação dos educadores na sala de aula baseia-se em estratégias que levam à passividade das alfabetizadas. A actividade pedagógica é centrada no alfabetizador e as alfabetizadas só escutam, isto é, consomem e registam os conteúdos tratados.

Todavia verificou-se que as mulheres são o grupo alvo que mais adere à iniciativa, aprendendo a ler, escrever, contar e a fazer algo que ajude a melhorar as suas condições de vida.

Há empoderamento através do desenvolvimento das habilidades e competências construídas através da Alfabetização e Educação de Adultos.

Palavras-chave: Género, Educação de Adultos e Empoderamento.

Summary

This dissertation makes an analysis of Literacy and Adult Education for Empowering the Woman at the School of Literacy and Promotion of Social Flori Woman. The subject to be researched is to know how this Adult Education Institution implements the programs traced for the promotion and woman empowerment about the teaching and learning process. It is intended to know the applied methodologies and didactic material used which contributes to the building of oriented learning for the real needs of learners. The research refers to aspects of the learning process, related to the strategies and literate activities, ways of communication and other situations either material or institutional that interferes in the teaching and learning process.

The methodological procedure of this study was based mainly on the bibliographic reference and documental analysis related to the teaching syllables and documents.

The Collection of Data was based on the interviews and lesson observation.

The research enabled us to conclude that the action of educators in the teaching room is based on the strategies that lead to passiveness of the learners. The pedagogic activity is centered in the teacher and the learner's only listen to him, this means, they acquire it and jot down notes.

Despite it women are regarded as the target group that adhere more than anyone else to this type of initiative, learning how to read, write, count and do something to improve their life style.

This means there is empowerment through abilities development and competences built through the Literacy and Adult Education.

Key- Words: Gender, Adult Education and Empowerment.

Índice

CAPÍTULO I	Erro! Marcador não definido.
Introdução.....	Erro! Marcador não definido.
<u>1.</u> Contexto do estudo	Erro! Marcador não definido.
<u>1.1.</u> Alfabetização e Educação de Adultos Para o Empoderamento da Mulher .	Erro! Marcador não definido.
Marcador não definido.	
2. Relevância do estudo.....	Erro! Marcador não definido.
3. Declaração do Problema, objectivos e questões da investigação. Erro! Marcador não definido.	
3.1. Declaração Problema.....	Erro! Marcador não definido.
3.2. Objectivos.....	Erro! Marcador não definido.
3.3. Questões de investigação.....	Erro! Marcador não definido.
4. Possíveis contribuições do estudo	Erro! Marcador não definido.
5. Estrutura do Trabalho	Erro! Marcador não definido.
6. Contextualização do local de pesquisa - Apresentação do Distrito Municipal Ka Mavota e da Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori.....	Erro! Marcador não definido.
6.1. Localização Geográfica do Bairro das Mahotas Erro! Marcador não definido.	
6.2. Contexto demográfico, socioeconómico, cultural e profissional dos habitantes no bairro das Mahotas-Romão.....	Erro! Marcador não definido.
6.3 Alfabetização e Educação de Adultos no distrito Municipal Ka Mavota	Erro! Marcador não definido.
Marcador não definido.	
6.4. Outras Actividades Desenvolvidas em Relação à Retenção dos Alfabetizandos	Erro! Marcador não definido.
<u>6.5.</u> Cumprimento do Programa	Erro! Marcador não definido.
CAPÍTULO II - Revisão da Literatura	Erro! Marcador não definido.
2.1. Alfabetização nos países da África subsaariana (Moçambique e Angola).	Erro! Marcador não definido.
Marcador não definido.	
2.2. Alfabetização e Desenvolvimento	Erro! Marcador não definido.
<u>2.3.</u> Conceitos:	Erro! Marcador não definido.

CAPÍTULO III – Metodologia	Erro! Marcador não definido.
3.1. Métodos e estratégias de pesquisa	Erro! Marcador não definido.
3.2. População e amostra	Erro! Marcador não definido.
3.3. Dados e Técnicas de Recolha de Dados	Erro! Marcador não definido.
3.4. Validade e Fiabilidade dos dados	Erro! Marcador não definido.
3.5. Limitações do Estudo e Resultados Esperados	Erro! Marcador não definido.
3.6. Análise dos dados	Erro! Marcador não definido.
3.7. Questões Éticas.....	Erro! Marcador não definido.
CAPÍTULO IV - Resultados da Pesquisa na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori.....	Erro! Marcador não definido.
4.1. Perfil das mulheres entrevistadas.....	Erro! Marcador não definido.
4.2. Avaliação do Grau de Aproveitamento da Aprendizagem	Erro! Marcador não definido.
4.3. Avaliação do grau de satisfação das alfabetizadas	Erro! Marcador não definido.
4.4. Observação na Sala de Aula	Erro! Marcador não definido.
4.5. Acções Desenvolvidas para o Empoderamento da Mulher.....	Erro! Marcador não definido.
4.6. Programas desenvolvidos na Social Flori:	Erro! Marcador não definido.
4.6.1. Programa de Alfabetização e Educação de Adultos..	Erro! Marcador não definido.
4.6.2. Programa de Corte e Costura.....	Erro! Marcador não definido.
4.6.3 Programa de Informática	Erro! Marcador não definido.
4.6.4. Programa de Microcrédito.....	Erro! Marcador não definido.
4.7. Estratégias para a Promoção e Empoderamento da Mulher na Social Flori	Erro! Marcador não definido.
4.8. Admissão e critérios de admissão de Alfabetizadores	Erro! Marcador não definido.
4.9. Admissão das Alfabetizandas.....	Erro! Marcador não definido.

4.10.	Avaliação do aproveitamento	Erro! Marcador não definido.
4.11.	História da Mulher Entrevistada	Erro! Marcador não definido.
CAPÍTULO V - Conclusões e Propostas		Erro! Marcador não definido.
5.1.	Conclusões	Erro! Marcador não definido.
5.2.	Propostas	Erro! Marcador não definido.
Referencias Bibliográficas.....		69
Anexos.....		Erro! Marcador não definido.

CAPÍTULO I

Introdução

A humanidade vive problemas que têm a ver, por um lado com acesso a avanços e por outro lado, com um número maior de pessoas sujeitas a privações de direitos, liberdades, a tipos de discriminação e pobreza. Por isso, verifica-se um desnível entre a formação de indivíduos e as necessidades impostas pelo desenvolvimento dos processos sociais e de produção que só podem ser solucionados através de muitos desafios, entre os quais a educação. Trata-se da era do conhecimento e a sociedade está organizada sob regras que regem grande parte da população excluída dos processos sociais independentes e do mercado formal do trabalho. Essa grande maioria é composta por mulheres, por pobres e por idosos.

A falta de domínio da leitura e escrita ou o uso destas habilidades é um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento e para inclusão e emancipação dos indivíduos de acordo com o nível social.

Os programas educacionais associados a outras estratégias de sustentabilidade levam a mulher a condições de capacitação que satisfaçam as suas necessidades básicas. Existe uma relação entre a educação e o trabalho pois servem de base de sustentabilidade ligada a modalidades formais ou informais no exercício da cidadania e a mulher iletrada tem possibilidade de desenvolvimento reduzidas e limitação na participação nos processos sociais.

A mulher sofre discriminações que perpetuam a sua marginalização. Contudo, ocorrem algumas modificações positivas. Neste trabalho acredita-se que a Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori poderá proporcionar oportunidade de crescer e criar mudanças para o empoderamento da mulher.

1. Contexto do estudo

O estudo aborda a contribuição da Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique para o empoderamento da mulher, a partir do caso da Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori, no Bairro Romão, cidade de Maputo.

A Alfabetização e Educação de Adultos têm uma importância especial num contexto de altos níveis de iliteracia, especialmente das mulheres e num país onde, apesar das políticas de emancipação da mulher desde a independência em 1975, consagrando a igualdade de direitos e deveres na Constituição de 1975, 1990 e 2004 e em diversa legislação aprovada¹, esta continua a ser discriminada a vários níveis.

Segundo Aitchison (2009), está-se perante uma situação que também se verifica noutros países que tem a ver, por um lado, com o acesso a avanços de conhecimentos, por outro lado, um número maior de pessoas sujeitas a privações de direitos, liberdades, várias formas de discriminação e pobreza. Por isso, verifica-se um desnível entre a formação de indivíduos e as necessidades impostas pelo desenvolvimento dos processos sociais e de produção, que só podem ser solucionados através de imensos desafios, entre os quais, a educação. Trata-se da era do conhecimento e a sociedade está organizada sob regras que guiam grande parte da população excluída dos processos sociais e do mercado formal do trabalho. Essa grande maioria é composta por mulheres, pobres e idosos.

Para a Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique (2010-2015: 8), a alfabetização assume um papel preponderante nos esforços do Governo de combater a pobreza e foi desenvolvida com a visão de por um lado, proporcionar uma oportunidade a pessoas jovens e adultos de ambos sexos, com atenção especial à mulher

¹ Referimo-nos, entre outras, à Política de Género e Estratégia da sua Implementação, Lei de Terras, 1997, Lei da Família (2004), Lei da Violência Doméstica Praticada contra a Mulher (2009).

e a rapariga, com idade, igual ou superior a 15 anos, não alfabetizadas, ou que não tenham concluído o primeiro ciclo primário, para que sejam alfabetizadas e, por outro lado, promover a aprendizagem ao longo da vida.

De acordo com a exigência constante no documento acima citado, o estudo vai dar a devida atenção à mulher pois a falta de domínio da leitura e da escrita ou o uso destas habilidades tornou-se um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento, inclusão e emancipação da mulher, tendo em conta o nível social.

Os programas educacionais associados a outras estratégias de sustentabilidade levam a mulher a condições de capacitação que satisfaçam as necessidades básicas da mulher. É imperioso estabelecer-se uma relação entre a educação e o trabalho, pois a capacitação serve de base de sustentabilidade ligada a modalidades formais ou informais no exercício da cidadania e a mulher iletrada (que não aprendeu a ler e a escrever) tem possibilidades de desenvolvimento reduzidas, bem como vê limitada a sua participação nos processos sociais. Ela é alvo de tipos diferentes de discriminação que se perpetuam contra a condição feminina. Contudo, ocorrem na sociedade algumas modificações positivas em relação à mulher de modo a mitigar os efeitos negativos da exploração e a opressão da mulher na esfera social, educacional bem como no mercado de trabalho (Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique, 2010-2015).

Neste contexto, as mudanças sobretudo no domínio da educação devem ser urgentes e necessárias, devendo atender várias frentes na alfabetização de mulheres jovens e adultas. É o que se verifica na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori sob gestão das Irmãs Dominicanas, situada no Bairro Romão, Distrito Ka Mavota, cidade de Maputo, cujo processo acredita-se que poderá constituir factor impulsionador na formação de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual cada indivíduo terá oportunidade de crescer e promover mudanças.

Freire (2001) afirma que a educação procura desenvolver a tomada de consciência que tende a ajustar o indivíduo à sociedade. O autor refere ainda que é importante preparar o indivíduo através de uma educação que liberte, que não adapte nem domestique. Para isso, urge fazer uma revisão total e profunda dos sistemas tradicionais de educação, dos programas e dos métodos de ensino para Educação de Adultos.

A Educação de Adultos, como o seu nome indica, não se ocupa somente com a alfabetização, mas também com o conjunto de programas que têm por finalidade

permitir àqueles que não receberam educação formal, superar esta falta de conhecimento (Freire, 2001).

Trata-se de programas que respondam e atraiam as alfabetizadas e, sobretudo, baseados em metodologias que satisfaçam as suas necessidades básicas. A abordagem dos temas deve ser do interesse dos alfabetizados para assegurar a sua participação total em todos os campos de conhecimento.

1.1. Alfabetização e Educação de Adultos Para o Empoderamento da Mulher

O assunto tratado nesta parte da dissertação tem a ver com o empoderamento da mulher como resultado da sua participação nos programas de Alfabetização e Educação de Adultos. Através da adesão neste programa, a mulher tem a possibilidade de tornar-se livre da ignorância e da pobreza absoluta.

Desta forma, a mulher poderá desenvolver o espírito criativo e participativo. Ela passará a ser capaz de lutar pela melhoria das condições de vida na sua família, comunidade, e na sociedade em geral. Também, poderá por si própria ter a visão do mundo em que vive e de tudo o que ocorre à sua volta.

De acordo com o Plano Curricular de Alfabetização e Educação de Adultos (2011: 18), considera-se pessoa alfabetizada com o perfil seguinte:

“- Ter competências de leitura e escrita do alfabeto em língua em que aprende e de leitura e escrita de números e operações e cálculos aritméticos.”

Assim, o processo de ensino e aprendizagem deve resultar:

“- No fortalecimento de auto-estima e confiança na sua capacidade de aprendizagem;

- Na capacidade de aceder a outros graus ou modalidades de ensino básico e/ou profissionalizante;

- Na valorização da democracia, desenvolvendo atitudes participativas;

- No conhecimento e valorização da diversidade e conhecimento da cultura moçambicana;

- No conhecimento dos direitos e deveres de cidadania;
- No melhoramento das condições de desempenho e participação no trabalho e na vida social.”

Também, no mesmo Plano Curricular de Alfabetização de Adultos (2011: 18) salienta-se que o alfabetizando deve desenvolver competências, que consistem no conjunto de conhecimento, atitudes e habilidades necessárias para resolução de problemas num determinado contexto.

Portanto, toda a mulher que tenha conseguido atingir as condições acabadas de apresentar é considerada alfabetizada.

Os governos e várias Organizações Governamentais e não-Governamentais (nacionais e internacionais) do mundo inteiro demonstram preocupação e interesse em investir na promoção da mulher.

Neste âmbito, Moçambique ratificou os programas traçados internacionalmente que visam tratar dos assuntos da mulher, tais como o Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que preconiza a educação como um direito para todo o ser humano. Contudo, é nas Conferências Internacionais de Educação, especialmente a V CONFINTEA, realizada em Hamburgo (1997) onde participaram cento e cinquenta países e quinhentas Organizações não-Governamentais que se comprometeram a levar a cabo acções para a implementação da aprendizagem ao longo da vida. Assim, este comprometimento levou muitos países a passarem por uma definição de políticas que visam a criação de estratégias com objectivos concretos para a efectivação do Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos que constam no Guia de Apoio a Cursos de Formação pelo Centro Cultural Mosaiko (1999).

Moçambique também define a educação como um direito e dever do cidadão. O Ministério da Educação vem promovendo estratégias de educação com vista a tornar a educação um dever e direito de todo o cidadão, segundo consta na Estratégia do Subsector de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique 2010-2015 (MINED, 2010:11).

Por isso, a Estratégia do Subsector de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique 2010-2015 (MINED, 2010) assenta em três pilares fundamentais a saber:

acesso e retenção, melhoria da qualidade, relevância e reforço da capacidade institucional.

O mesmo documento acima citado refere que o “acesso e retenção são elementos importantes para o sucesso da educação e da cidadania, pois é através da entrada e permanência de jovens e adultos nos programas de educação que poderão adquirir habilidades e competências para a vida” (pág. 20).

No PARP III (2011-2014), em geral consta que o objectivo geral do subsector da alfabetização é erradicar o analfabetismo. Para tal, deve haver coordenação entre os principais intervenientes ao nível central e local. Todavia, o orçamento para a educação de adultos é insuficiente para a população, tornando difícil alocar estes fundos e pondo em causa os resultados esperados (Informação colhida numa reunião nacional do MINED, relacionada com a Educação de Adultos, Maputo, 2010).

Assim o PARP III (2011-2014) apresenta orientação estratégica para a redução da pobreza. Para o alcance do objectivo global de redução da pobreza, o PARP (2011-2014) apresenta três objectivos fundamentais, dos quais neste estudo será referido só um, o que diz respeito aos serviços de educação de qualidade bem como a programas de protecção social aos mais vulneráveis sendo imprescindíveis para uma força de trabalho forte e capacitada.

A aplicação desta estratégia exige flexibilidade na aplicação dos fundos da Educação de Adultos e Alfabetização e a valorização da formação dos recursos humanos das instituições.

O Plano Curricular de Alfabetização e Educação de Adultos (2011) refere que os materiais devem ser também disponibilizados. Fala-se da rádio, cujas lições gravadas e os conteúdos devem estar de acordo com as necessidades dos aprendentes. De acordo com o PARPA II, (2006-2009), estas estratégias são resultado da análise das formas de reduzir as barreiras na alfabetização devido à pobreza e são casos concretos de Moçambique.

Entretanto o PARP III (2011-14) refere que a proporção da população com acesso à escola aumentou de 30,8%, em 2002-03 para 37,3%, em 2008-09. A percentagem de mulheres analfabetas reduziu significativamente entre 2004 e 2008, de 54% para 40,8%. Igualmente registou-se progresso na redução da disparidade de género nos ingressos no ensino básico. (PARP III, 2011-2014:7)

Para garantir a melhoria da situação o PARP III (2011-14), no Objectivo Geral 3, Desenvolvimento Humano e Social (pág. 29), estipula a “Expansão do acesso para os jovens e adultos aos programas de alfabetização e de habilidades para a vida, através da consolidação e harmonização das diferentes intervenções dos parceiros”, através de:

“• Alfabetizar anualmente 1 milhão de jovens e adultos através de diferentes programas de alfabetização, envolvendo diferentes parceiros dentro e fora do aparelho de estado;

- Assegurar, adaptar e alinhar os programas de Alfabetização e pós-alfabetização, incluindo o encorajamento da criação de bibliotecas comunitárias;
- Assegurar, em colaboração com outros provedores (dentro e fora do Governo), a expansão das oportunidades de formação profissional não formal e de curta duração para alunos que completem o ensino primário, bem como jovens e adultos fora de sistema através, entre outros, da criação dos Centros Comunitários de Desenvolvimento de Competências.” (pág. 29).

Ao nível mundial, os governos observam as recomendações traçadas para a erradicação da pobreza e analfabetismo. Vários projectos são implementados para pôr em prática as acções para o progresso da Alfabetização. A alfabetização é uma componente para a Educação Básica. É um passo para o desenvolvimento, para a mudança, isto é, faz parte da Educação de Adultos.

Segundo Norbeck (1978), a alfabetização tem sido uma tarefa muito importante para os países em desenvolvimento. O processo de Alfabetização ajuda o indivíduo a adquirir habilidades para a vida.

Na óptica da autora deste trabalho constata-se que as mulheres aderem facilmente aos programas de Alfabetização, enquanto os homens (jovens e adultos), devido à supremacia masculina, não têm aderido aos referidos programas. Tanto em homens como em mulheres existem casos em que não se sentem à vontade perante outro sexo, principalmente quando se trata de assuntos ligados ao sexo. A mulher é incentivada a participar nos programas de alfabetização como forma de tirá-la da pobreza.

Deste modo a autora do trabalho, considera que, o melhor seria perspectivar-se a criação de turmas separadas, homens dum lado e mulheres de outro, para evitar possíveis inibições ou complexos de inferioridade/superioridade que possam existir. Esta questão

deve constituir um ponto de reflexão por parte da sociedade, Ministério da Educação e da Direcção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos.

Os efeitos da pobreza manifestam-se, mas toda a pessoa interessada na mudança, adere aos programas de alfabetização. O combate à pobreza é forte e, por sua vez, a conquista pelo desenvolvimento é séria.

Com vista a reforçar os programas para o desenvolvimento, foi introduzido o uso das línguas moçambicanas na alfabetização. Este projecto das línguas facilita a aprendizagem, principalmente dos que nunca aprenderam a falar a língua Portuguesa, pois na língua materna será fácil compreender a matéria leccionada.

Ao longo dos tempos, verifica-se uma mudança em relação às teorias da educação e desenvolvimento. Neste sentido, a alfabetização e educação dos adultos estão a reforçar cada vez mais a orientação do processo de ensino-aprendizagem centrado no alfabetizando.

Segundo Heilborn (1995), a educação da mulher tende a reforçar as suas capacidades de auto-suficiência, contribui para aumentar a sua produtividade, assegura a sua autonomia e reforça a tomada de decisão. O efeito positivo é o crescimento do nível de motivação para continuar no processo de ensino-aprendizagem.

Gerold e Herbon (2002) referem que, por exemplo, The Hanguz Declaration Agenda For The Future está disposta a partilhar, mesmo que seja com um investimento insignificante de recursos para assegurar a participação total da mulher em todos os campos de conhecimento. Propõe-se que isto seja feito de várias maneiras, incluindo a ligação de educação dos adultos com a criação de trabalho e metas de desenvolvimento social. Por exemplo, para tal, através da criação de projectos de animação social e desenvolvimento comunitário que privilegiam o envolvimento e mobilização de grupos sociais de base para a resolução dos seus problemas comunitários e de concretização de projectos por conta própria.

Na óptica da autora do trabalho, o nível de participação dos adultos na alfabetização reduziu devido a factores sociais, económicos, culturais e psicológicos, o que influencia negativamente a participação do adulto no processo de ensino-aprendizagem da mulher. Os motivos da fraca participação têm a ver com trabalhos domésticos, na machamba, mercados, etc.

A Conferência Sobre Educação Para Todos que decorreu em Jomtien em 1990 apelou à mudança de metodologia didáctica convencional para metodologias baseadas em competências para a vida que são muito relevantes para desafios do sistema económico em África.

Portanto, o empoderamento da mulher nos programas de alfabetização e educação de adultos é uma estratégia efectiva para a redução da pobreza, que foi definida como a impossibilidade ou como a falta de condições dos indivíduos de prover infra-estruturas e bens básicos, serviços de saúde e educação adequada para si e seus dependentes, um conjunto de condições mínimas necessárias para a sobrevivência e bem-estar na comunidade em que vive ou a impossibilidade por incapacidade, isto é, por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da vida (PARP III, 2011-2014). O empoderamento das mulheres só será possível se elas tiverem acesso ao conhecimento.

2. Relevância do estudo

O tema deste estudo é bastante relevante e pertinente na medida em que procura perceber o processo implementado na Escola de Alfabetização e Promoção da mulher Social Flori para o empoderamento da mulher no bairro Mahotas – Romão em Maputo.

A mulher é relegada para uma situação de desprestigiada, discriminada, sem oportunidade de educação, de emprego, com os seus direitos desrespeitados, mas deixada com responsabilidade de cuidar dos filhos e outras responsabilidades sociais desvalorizadas e invisíveis.

3. Declaração do Problema, objectivos e questões da investigação

3.1. Declaração Problema

Nesta parte são referidos: o problema, o que se pretende saber com o estudo apresentado nesta dissertação, os objectivos e as questões da investigação, com vista a identificar as formas como são desenvolvidas e implementadas as acções para pôr fim às desigualdades entre o homem e a mulher, com vista ao empoderamento da mulher.

De acordo com Costa (1998: 3), “ainda hoje, pese as transformações ocorridas na condição feminina muitas mulheres não podem decidir sobre as suas vidas, não se constituem enquanto sujeitos, não exercem o poder e principalmente não acumulam este poder, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de facto controlam o poder. As pequenas oportunidades de poder que lhes tocam e que lhes permitem romper em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia masculina, são poderes totalmente desiguais”.

Deste modo, entre outras oportunidades, esta subalternidade determinante da condição feminina é fruto do seu papel de género. Sabe-se que a sociedade e as suas instituições (aparelhos ideológicos), da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e do trabalho, constroem mulheres e homens como opostos: masculino e femininos envolvidos numa relação de domínio e subjugação.

Para Kabeer (1997), apesar das diferenças existentes, alguns aspectos derivados da condição de subordinação são comuns em todas as mulheres tais como:

- O controlo masculino do trabalho das mulheres;
- O acesso restrito das mulheres aos recursos económicos, sociais e ao poder político, cujo resultado é uma distribuição muito desigual dos recursos entre os sexos;
- A violência masculina e o controlo da sexualidade.

Segundo o Plano Estratégico de Educação (PEE) 2008, assiste-se na sociedade moçambicana a diversas situações de injustiça, causadas concretamente pela pobreza e analfabetismo.

A mulher é sobrecarregada pela tripla jornada de trabalho: o trabalho doméstico, o trabalho formal e remunerado e o papel de cuidar dos filhos. (Feminismo, 2010).

Por razões de vária ordem, em particular as citadas, a mulher/rapariga na sociedade leva uma vida dura e difícil. O PARPA III, 2010-2015 refere que 23% de mulheres são chefes de família (acima de 18 anos) e usam meios alternativos de sobrevivência para atenuar a pobreza e sustentar a família. Para tal, a mulher pode ser empregada doméstica ou vendedeira de rua/esquina, de produtos de baixo rendimento como: cigarros, frutas

da época, rebuçados, hortícolas, fósforos, velas, pilhas, bebidas tradicionais alcoólicas e não alcoólicas.

Às vezes, a mulher presta serviços ocasionais para remuneração precária, por exemplo: lavrar espaços de terra, trançar o cabelo, fornecer água aos vizinhos, vender garrafas plásticas e de vidro recolhidas nos contentores de lixo ou ao domicílio.

Consta no PARPA II (2006-2009), que as condições de habitação das mulheres geralmente são péssimas, sem água canalizada e energia, passando uma refeição por dia, em geral o jantar. Cerca de 52% da população moçambicana é constituída por mulheres, das quais 72,2% vivem na zona rural.

A condição de mulher sujeita-a à discriminação, violência, violação dos seus direitos humanos mais elementares, como o não ser ouvida na família, realização de actividades em troca de uma remuneração que não corresponde ao trabalho feito e gravidez na adolescência.

Na óptica da autora deste trabalho, a desigualdade entre homens e mulheres é bem visível nas famílias que vivem nas cidades quando o casal ao longo do dia cumpre com as suas obrigações profissionais, mas após o período laboral, regressa a casa, o marido descansa, lê o jornal, assiste a programas da televisão e sem deixar de apresentar exigências típicas de quem se acha superior em relação à esposa, e que em caso de discórdia, ela é sujeita à agressão física ou psicológica, enquanto isso, ela se empenha nas suas obrigações como esposa, mãe e dona de casa.

No local de trabalho, a mulher continua a ter problemas. Ela é discriminada, privada de progressão na carreira profissional e sujeita a assédio sexual caso se queira oferecer uma oportunidade de evolução profissional.

As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões colectivas e de mudanças individuais (Strongquist, 1997).

Assim sendo, para aliviar a mulher dos problemas acabados de descrever, o Governo, as organizações Governamentais e não-Governamentais, e, Escolas, procuraram formas de criar oportunidades para a igualdade do Género e a promoção do Empoderamento.

Perante as questões apresentadas, até que ponto a escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori pode garantir o empoderamento das mulheres através da tomada de decisões colectivas e de mudanças individuais? (Idem).

Esta dissertação é orientada pela linha teórica de Paulo Freire que defende a educação como prática da liberdade. Para este pedagogo brasileiro, a educação deve desempenhar um papel libertador. (Freire, 1967)

3.2. Objectivos

De seguida apresentam-se os objectivos – geral e específicos - para o alcance dos resultados esperados no trabalho de campo na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori:

Objectivo Geral

Analisar o papel da Educação de Adultos no empoderamento da mulher na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori.

Objectivos específicos

- Identificar acções desenvolvidas na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher para o empoderamento da mulher;
- Identificar estratégias para a promoção e empoderamento da mulher implementadas pela Social Flori;
- Recomendar acções para a melhoria do programa de ensino.

3.3. Questões de investigação

As questões colocadas para a pesquisa são:

1. Que acções são desenvolvidas para o empoderamento da mulher na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori?
2. Que estratégias para a promoção e empoderamento da mulher são implementadas na Social Flori?

4. Possíveis contribuições do estudo

A presente pesquisa contribuirá para a compreensão da situação da mulher, pois fornece subsídios a todos os preocupados com a situação da mulher. Neste âmbito, são apresentadas neste trabalho, experiências implementadas pela Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori num contexto de altos níveis de analfabetismo e pobreza absoluta da mulher na comunidade onde esta instituição se encontra inserida.

5. Estrutura do Trabalho

O trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos, conforme descrito:

O Capítulo 1: Integra a introdução onde constam o contexto do estudo, alfabetização e educação de adultos para o empoderamento da mulher, alfabetização nos países da África Subsaariana (Moçambique e Angola), Alfabetização e desenvolvimento, contextualização do local de pesquisa, contexto socioeconómico cultural e profissional dos habitantes no bairro da Mahotas – Romão, alfabetização e educação de adultos no distrito municipal Ka Mavota, outras actividades desenvolvidas em relação à retenção dos alfabetizandos, cumprimento do programa, relevância do estudo, declaração do problema, objectivos e questões de pesquisa, possíveis contribuições do estudo e a estrutura do trabalho.

O Capítulo 2: Apresenta a revisão da literatura onde foram sistematizados conhecimentos científicos relacionados com o tema. O quadro teórico apresentado permitiu desenvolver ideias que levaram à definição do problema, das metodologias a serem adoptadas para a formulação da pergunta de pesquisa, ideias sustentadas pelas referências científicas consultadas em Nóvoa (1992), Sen (1992), Heilborn (1995), Delors (1996), Nafukho, Amutabi e Otunga (2005), Freire (2001), Muwaningua (2001), Mário (2002), Romano e Antunes (2002).

Capítulo 3: Congrega a componente métodos e estratégias de pesquisa. O método usado nesta pesquisa foi qualitativo na vertente descritiva e directa. Também, foi usada neste estudo como técnica de recolha de dados a observação que consistiu na observação de aulas, permitindo obter uma gama de informações relacionadas com as atitudes e comportamentos dos alfabetizandos e alfabetizadores no processo de ensino-

aprendizagem. No mesmo contexto, foi usada a entrevista mediante o uso de um guião, de maneira a conduzir a conversa de forma metódica e obter informações necessárias sobre o tema em estudo.

O Capítulo 4: Apresentação dos resultados da pesquisa.

Caracteriza os resultados obtidos na pesquisa feita na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori Também são apresentados aspectos institucionais que interferem neste processo tais como: organização, formação de turmas, horário escolar, condições físicas, material didáctico e o sistema de controlo da pontualidade e assiduidade.

Ainda neste capítulo, abordam-se os resultados do processo de ensino-aprendizagem, análise do funcionamento do processo do ensino (as interacções, metodologias, formas de comunicação e estilos de ensino). Também, faz uma apreciação sobre o material de avaliação da aprendizagem, o aproveitamento pedagógico e, por fim, as formas de apoio pedagógico ao nível da Direcção Distrital Ka Mavota.

O Capítulo 5: Agrega as principais conclusões e recomendações desta pesquisa.

6. Contextualização do local de pesquisa - Apresentação do Distrito Municipal Ka Mavota e da Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori

6.1. Localização Geográfica do Bairro das Mahotas

O Bairro das Mahotas está localizado aproximadamente a 15km, a norte da cidade de Maputo fazendo parte do distrito municipal Ka Mavota. Este bairro é limitado a norte pelo bairro Albasine, a sul pelo de Laulane, a leste pelo de Magoanine e a oeste pelo bairro dos Pescadores. Tem um responsável pela sua administração e está dividido em 16 quarteirões, com áreas e número de habitantes muito díspares entre si, sendo que cada quarteirão tem também um chefe e o respectivo auxiliar ou adjunto. Todos os assuntos a serem tratados devem ser apresentados ao chefe do quarteirão, isto é, devem decorrer de forma hierárquica. O chefe do quarteirão é quem tem conhecimento mais detalhado sobre o bairro e a população. Este pode transferir os assuntos ao secretário do bairro e, se for necessário, recorrer posteriormente ao administrador do distrito.

É de salientar que o bairro das Mahotas, apesar de estar na periferia da Cidade de Maputo, apresenta características típicas de um bairro suburbano, como: a paisagem, as estradas e o próprio material de construção das casas, pois grande parte é ainda de caniço, embora muitas sejam já de blocos e cimento. Além disso, a maioria das habitações não tem água canalizada e energia eléctrica, tendo como alternativas o uso de candeeiros a petróleo e velas para a iluminação. A população recorre às fontenárias onde busca água para o consumo e uso doméstico.

6.2. Contexto demográfico, socioeconómico, cultural e profissional dos habitantes no bairro das Mahotas-Romão

Dados do recenseamento Geral da População de 2007 indicam que o distrito tem um total de 228,244 habitantes, destes 21,282 residem no Bairro das Mahotas. Esta população é maioritariamente do sexo feminino, sendo 11,020 mulheres e 10,262 homens e com mais de 40% da população bastante jovem com idade superior a 15 anos. Por causa da redução de esperança de vida, o número de idosos é menor tendo 2% da população com idade superior a 65 anos.

Aqui, estima-se que, em média, o agregado familiar tem entre seis a nove pessoas. Nota-se um grande número de famílias em que a mulher assume sozinha o sustento da casa e na maioria dos casos, estas famílias enfrentam maiores dificuldades financeiras devido ao maior número de filhos.

Segundo Vicente Chilaúle, técnico de Alfabetização no Distrito Municipal Ka Mavota, o outro motivo que também agrava as dificuldades da população é o desemprego, acentuado pelo elevado índice de analfabetismo. As razões do analfabetismo são de ordem económica, pois a população não tem dinheiro para a matrícula, compra do uniforme escolar, material escolar e para transporte; para além do número limitado de vagas que não permite o acesso de todos os jovens à educação.

É de referir que a prática do “xitique” é uma estratégia usada por muitas pessoas para contornar as dificuldades económicas. É uma forma endógena de inter-ajuda entre elementos de um grupo que periodicamente entregam um valor monetário para um fundo comum. Assim, de forma rotativa, um de cada vez, recebe o total da contribuição ou colecta. Trata-se, efectivamente, de uma forma de economizar dinheiro que consiste em cada elemento do grupo tirar um valor monetário. Por exemplo, se for estipulado

que cada elemento tire 50,00mt, todos na data marcada entregam o valor à pessoa ou elemento do grupo indicado para receber ou beneficiar do valor. Se o grupo for composto por 5 pessoas, significa que em cada mês, semana ou dia receberá 250,00mt. O “xitique” pode ser diário, semanal ou mensal.

A comunicação entre as pessoas é predominantemente feita em línguas moçambicanas concretamente o Xironga e o Xichangana. Nas escolas, a comunicação é feita em Português como língua oficial. A Língua Portuguesa ainda é usada na comunicação com indivíduos que não falam as línguas locais. Mesmo assim, o número de pessoas que não fala a Língua Portuguesa é maior, principalmente em mulheres adultas.

Para a sua sobrevivência, a população dedica-se a actividades agrícolas, produzindo hortícolas para comercialização à porta da casa ou nos mercados e outra parte para o consumo da família. Salienta-se que a comercialização dos produtos cultivados pela população das Mahotas é uma das principais estratégias de sobrevivência, praticada sobretudo pelas mulheres enquanto os homens que não vivem do trabalho agrícola ocupam-se em “biscates” ligados à prestação de serviços nas cidades para aquisição de rendimentos para o sustento da família.

O acesso ao bairro das Mahotas-Romão é dificultado pelo estado precário das estradas e pela falta de transporte. Usam-se transportes semi-colectivos vulgo “Chapa 100” para a deslocação a qualquer ponto da cidade.

Alguns serviços de “chapas” são feitos em carrinhas de caixa aberta ou mini-bus. As viagens são realizadas sem as mínimas condições de segurança o que causa muitos acidentes. Os “chapas” transportam mercadorias em estradas sem quaisquer condições de circulação, o que torna longa a viagem que devia ser feita num curto espaço de tempo.

As viagens de “chapa” também se tornam difíceis e complicadas, pois há encurtamentos de rotas e o cidadão é sujeito a pagar duas ou mais vezes pelo mesmo trajecto, tornando as viagens dispendiosas.

Deste modo, são compreensíveis as necessidades de vária ordem que afectam a população do bairro onde está localizada a Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori.

6.3 Alfabetização e Educação de Adultos no distrito Municipal Ka Mavota

A estratégia do subsector de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique 2010-2015 assenta em três pilares fundamentais tais como: acesso e retenção, melhoria da qualidade, relevância e reforço da capacidade institucional.

O mesmo documento refere que o “acesso e retenção são elementos importantes para o sucesso da educação e da cidadania, pois é através da entrada e permanência de jovens e adultos nos programas de educação que estes poderão adquirir habilidades e competências para a vida.” (pág. 20)

É nesse contexto que elegemos o Distrito Municipal Ka Mavota, na cidade de Maputo, onde se localiza a Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori, local desta pesquisa.

Este distrito tem catorze centros de alfabetização e educação de adultos que leccionam até ao 3º ano em regime presencial e distribuídos por quatro ZIP's (Zonas de Influência Pedagógica) ou NPB's (Núcleos Pedagógicos de Base). Para além dos centros, o distrito possui cinco pontos de escuta relativos ao programa de Alfa Rádio. Tanto os programas em regime presencial, como os programas de Alfa Rádio são ministrados por alfabetizadores.

De acordo com a IIª Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique (2010-2015), a Iª Estratégia teve resultados positivos, tendo reduzido a taxa de analfabetismo de 60,5% para 48,1%, o que corresponde a 9.860.500 pessoas de uma população de 20.500.000, de acordo com o Censo de 2007 (INE, 2007). Mesmo assim, a situação do analfabetismo continua preocupante, embora o Distrito de Ka Mavota tenha sido um dos distritos do país incumbido de erradicar o analfabetismo até 2015 pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano na comemoração do oito de Setembro em 2011, dia da alfabetização.

A IIª Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos tem em vista fazer face a essa preocupação registada no Relatório da Análise de Alfabetização em Moçambique (2008). Em relação aos outros aspectos, o relatório mostra alguns desafios como: a dificuldade de retenção dos alfabetizadores nos programas de alfabetização e educação de adultos e a fraca adesão dos jovens e adultos do sexo masculino nos programas de Alfabetização e Educação de Adultos.

a) Total de Alfabetizandos, 2010

O número de alfabetizandos é de 1482 pessoas, distribuídas por 50 turmas, de acordo com a tabela seguinte:

Tabela 1: Distribuição dos alfabetizandos por anos, turmas e sexo.

Anos	Turmas	Homens	Mulheres	Total
1ºAno	11	67	223	290
2ºAno	20	118	414	532
3ºAno	19	197	463	660
Total	50	382	1100	1482

Os dados recolhidos e descritos referem-se ao início do ano lectivo de 2010. Deste quadro, constata-se que o acesso no terceiro ano é maior no sexo feminino, 463 mulheres, contra o sexo masculino, 197 homens.

Segundo o técnico, o número de participantes aos programas resulta da mobilização ao nível dos bairros no distrito pelos técnicos distritais, bem como pela ajuda de instituições religiosas, autoridades do bairro que sensibilizam a população, mostrando as vantagens dos programas.

Noutros casos, a mobilização é feita pelos próprios alfabetizadores. Estes fazem campanhas domiciliárias, isto é, porta a porta.

b) Total de Alfabetizadores, 2010

O Distrito Municipal Ka Mavota tem um total de 500 alfabetizadores, recrutados no próprio distrito, através da mobilização feita pelos técnicos distritais, instituições religiosas e autoridades do bairro. Nos centros que funcionam nas escolas primárias os alfabetizadores são professores primários da mesma escola.

c) Acesso e Retenção

Acesso é entendido como a entrada dos alfabetizandos aos programas de alfabetização. De acordo com o técnico distrital do Distrito Municipal Ka Mavota, no início do ano lectivo a adesão dos participantes é elevada. Este facto deve-se, segundo o técnico, a dois factores: a curiosidade dos próprios alfabetizandos e o interesse em saber ler e escrever.

Relativamente à retenção, o técnico distrital de Alfabetização e Educação de Adultos refere que ao longo do ano se registam muitas desistências devido a múltiplos factores de entre os quais problemas sociais, conjugais (maridos que não permitem que as suas esposas estudem à noite), procura de outras formas de sobrevivência ou mudança de residência. Porém, ainda de acordo com o técnico, têm sido levadas a cabo acções de sensibilização aos participantes sobre as vantagens da frequência nos cursos, nomeadamente, a continuação dos estudos em níveis de escolarização mais avançados, bem como o direito a certificações.

Para uma visão mais detalhada sobre as desistências, apresenta-se a tabela 3 (retenção do final de ano 2010)

Tabela 2: Síntese da Retenção dos Alfabetizandos/2010, por ano e por sexo

Ano	Total/Início do Ano		Total/Final do Ano	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	Início do Ano	Início do Ano	Fim do Ano	Fim do Ano
1º	67	223	23	187
2º	118	414	75	364
3º	197	463	83	368
Total	382	1100	181	919
1482 Alfabetizandos			1085 Alfabetizandos	

6.4. Outras Actividades Desenvolvidas em Relação à Retenção dos Alfabetizandos

Para além de ensinar a ler e a escrever, os alfabetizadores promovem palestras sobre o HIV/SIDA, saúde e Higiene. Existem centros criados por algumas Organizações Não-Governamentais como a AMODEG e ALFALIT que têm também desenvolvido cursos de aprendizagem como corte e costura, culinária e Acção Social.

6.5. Cumprimento do Programa

De acordo com o técnico distrital de Alfabetização e Educação de Adultos, os programas estão sendo cumpridos. Este cumprimento é supervisionado pelo próprio técnico distrital, que mensalmente promove encontros ao nível dos núcleos de base.

CAPÍTULO II - Revisão da Literatura

A revisão da literatura tem um papel fundamental no trabalho acadêmico por ser a parte em que a pesquisadora situa o trabalho no contexto teórico da pesquisa.

Neste capítulo aborda-se a questão da Alfabetização nos países da África subsaariana, a sua contribuição para o desenvolvimento. Serão revistas as concepções teóricas de alguns autores sobre este assunto e será apresentada a definição dos três termos-chave usados nesta pesquisa designadamente: Género, Educação de Adultos e Empoderamento.

2.1. Alfabetização nos países da África subsaariana (Moçambique e Angola).

Segundo Aitchison (2009), em África, a Conferência Preparatória para a Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) VI, realizada em Nairobi, no Quênia, no início de Novembro de 2008 pautou pelo lema “O poder da aprendizagem de jovens e adultos para o desenvolvimento Africano”. No final das deliberações, numa significativa declaração, representantes de 46 países afirmaram o seu compromisso de transformar a educação e a aprendizagem de jovens e adultos num direito e numa realidade para os povos de África, no contexto da luta pelo desenvolvimento sustentável e pela cultura da paz.

Cabe nesta parte apresentar os índices e formas de combate ao analfabetismo nos países da África Subsaariana, concretamente Moçambique e Angola por serem países de expressão portuguesa e que fazem parte da SADC.

O analfabetismo ainda prevalece em África. Moçambique e Angola são países da África Subsaariana que foram colónias de Portugal durante muitos anos e que são marcados por longos e grandes desafios.

Estes países ainda não eliminaram o analfabetismo. O combate ao analfabetismo faz parte dos programas traçados para o desenvolvimento dos mesmos. Em especial, a maior preocupação é em relação à mulher que se deve libertar do analfabetismo como forma de sair da pobreza e da ignorância.

Para tal, nos dois países existem programas de Alfabetização e Educação de Adultos. Eles ratificam o consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos ao considerar a educação um direito fundamental de todo o cidadão.

Em Moçambique e Angola, para melhorar a qualidade de vida e permitir a fuga à pobreza, as mulheres necessitam de acesso à alfabetização e educação de qualidade, instrumentos essenciais para a participação na vida política, social e económica.

O projecto FELITAMO 2010-2012 baseia-se na parceria forte entre vários intervenientes, promovendo a redução dos índices de analfabetismo nas mulheres da província de Kwanza sul em Angola e das províncias de Cabo-Delgado e Nampula em Moçambique.

Deste modo, algumas Organizações não-Governamentais apoiam os países na luta contra a pobreza e o analfabetismo. Em 2010, o Instituto de Cooperação Internacional Alemão para a Educação de Adultos (DVV Internacional) em associação com vários parceiros de outros países, lançou um programa de alfabetização projectado especialmente para a mulher angolana e moçambicana. Definiu um período de 3 anos que visava promover a alfabetização da mulher em Angola e Moçambique (Alfabetização Feminina Angola e Moçambique, FELITAMO) com o objectivo principal de capacitar jovens e mulheres adultas pela sua maior participação nos serviços educacionais como aprendizes e alfabetizadores através do programa FELITAMO. Para além do Programa FELITAMO e da DVV Internacional, existem outras organizações como:

1. A Associação Progresso de Moçambique, que recebeu o prémio de Alfabetização da UNESCO de 2005 com o objectivo de reduzir os índices de analfabetismo nas aldeias da Província de Cabo Delgado, através do uso das línguas locais e publicação de materiais para aulas de alfabetização em várias línguas locais;
2. O Movimento de Educação para Todos (MEPT, 1999) um movimento de defesa iniciado em 2008, a fim de, entre outros objectivos, aumentar a consciência da importância de educar mulheres e proporcionar-lhes as competências de literacia;
3. O Desenvolvimento e Comunicação das Mulheres Africanas, uma organização sem fins lucrativos com sede no Quénia que promove serviços educacionais em toda a África.

4. A Associação Angolana para Educação de Adultos (AAEA), criada em 1998 com o objectivo principal de aumentar a oferta educativa para jovens e adultos em Angola. Também tem parcerias com organizações locais que agregam conhecimentos em áreas específicas, tais como associações de mulheres que fornecem conhecimento profundo sobre as questões do género (Mário, 2002).

A FELITAMO é marcada pela promoção do desenvolvimento da comunidade através dos fóruns de alfabetização e da sua gestão, planeamento e monitoria do processo.

A par destes fóruns, a FELITAMO é também reconhecida pela importância que tem dado ao aumento da oferta de oportunidades para as mulheres e por ter sido identificada a escassez de mulheres rurais com níveis de escolaridade suficientes para se tornarem educadoras, bem como a discriminação baseada no género no acesso à educação e alfabetização.

Aitchison (2009) refere que três quartos da população mais pobre do mundo vivem na África subsaariana. Entre 1990 e 2004, o número desses muito pobres cresceu cerca de 200% na região e, no mesmo período, a participação do continente na pobreza global aumentou de 19% para 31%. Em qualquer indicador importante de pobreza, África está em desvantagem. É também um continente desafiado pelo rápido aumento da população e pela necessidade de suprir as carências educacionais e de subsistência dos jovens. Além da pobreza, os Estados Africanos ainda enfrentam dificuldades de actuar em situações multiétnicas e multilinguísticas, compostas por grandes contingentes da população inseridos em economias rurais e de subsistência. O mesmo autor diz que, a África subsaariana, depois da descolonização (nas décadas de 1950 e 1960) e durante o período da Guerra Fria, foi assolada por regimes de partido único e por ditaduras. Nas décadas de 1980 e 1990, a instalação de democracias multipartidárias trouxe problemas específicos, não sendo o menor aquele que diz respeito aos processos de transição, quando partidos de oposição ganham eleições, mas os perdedores, com ameaças de violência, insistem num acordo para dividir o poder (como aconteceu no Quênia e no Zimbábwe).

Aitchison (2009) ainda afirma que o Fórum Mundial sobre Educação ocorrido em Dakar nos últimos dias de Abril (2000), adoptou uma resolução que comprometeu a comunidade internacional a fazer os possíveis para que todas as crianças, jovens e

adultos do mundo pudessem beneficiar-se de uma educação básica até 2015. Em Dakar foram apontados cinco objectivos:

- Desenvolver a protecção e a educação para a infância;
- Garantir o ensino básico gratuito obrigatório e de qualidade para todas as crianças;
- Melhorar a alfabetização de adultos;
- Eliminar as desigualdades entre sexos;
- Melhorar a qualidade global de educação.

Moçambique e outros países da África Subsaariana ratificaram a resolução de Abril (2000) acima citada. Não obstante, é importante referir que os outros países da África Subsaariana não cruzam os braços em relação aos objectivos traçados em Dakar.

Deste modo Aitchison (2009), refere que a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres nas Zonas Rurais (Direitos da Mulher, Assembleia das Nações Unidas de 18 de Dezembro de 1979 – 14º Artigo), com vista a segurar a participação de homens e mulheres no desenvolvimento rural, numa base de igualdade, assegurou às mulheres, entre outros, o direito de:

- a) Participar plenamente na elaboração dos planos do desenvolvimento a todos os níveis;
- b) Ter acesso aos serviços adequados no domínio da saúde, incluindo a informação, aconselhamento e serviços em matéria de planeamento da família;
- c) Beneficiar directamente dos programas da segurança social;
- d) Receber qualquer tipo de formação e de educação, escolar ou não, incluindo em matéria de alfabetização funcional e de poder beneficiar de todos os serviços comunitários e de extensão, nomeadamente para melhorar as suas competências técnicas;

- e) Organizar grupos de entreatajuda e cooperativas com o fim de permitir a igualdade de oportunidades no plano económico, quer se trate de trabalho assalariado, quer de trabalho independente;
- f) Participar em todas as actividades da comunidade;
- g) Ter acesso ao crédito e aos empréstimos agrícolas, assim como aos serviços de comercialização e às tecnologias apropriadas; e de receber um tratamento igual nas reformas fundiárias e agrárias e nos projectos de reordenamento rural;
- h) Beneficiar de condições de vida convenientes, nomeadamente no que diz respeito a alojamento, saneamento, fornecimento de electricidade e de água, transportes e comunicações.

As medidas acima mencionadas permitirão que a mulher possa demonstrar o seu poder, capacidade e participação na vida da sua comunidade. Este seria o empoderamento da mulher.

2.2. Alfabetização e Desenvolvimento

No âmbito das políticas de desenvolvimento em Moçambique, a alfabetização consta em vários instrumentos legais a serem observados para a devida implementação. Por exemplo, oferta de ensino e aprendizagem da leitura, escrita, cálculo, melhoria das condições de vida e bem estar económico e social, político e cultural do país.

De acordo com Saha (1989), desenvolvimento é a actualização de uma potencialidade implícita, quer dizer, qualquer mudança promove ou actualiza diferentes dimensões da sociedade, representando desenvolvimento no seu sentido de verdade.

Neste contexto, a concretização das acções que constam nos instrumentos legais consiste na mobilização das pessoas para participarem nos programas de erradicação da pobreza e do analfabetismo. Para o cumprimento das recomendações do Governo, segue-se uma referência de documentos normativos que são a base de sustentabilidade da implementação das orientações a cumprir.

No Artigo 113 da Constituição da República de Moçambique (2004), refere-se que a Alfabetização é uma via para a unidade nacional e a erradicação do analfabetismo (Mário, 2002). O programa do governo para 2000-2004 preconizou o relançamento da

Alfabetização, dando-lhe uma dimensão global e realística com o objectivo de reduzir o analfabetismo em 10%.

O Ministério da Educação e Cultura, no cumprimento do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, (2006-2009), definiu a Alfabetização e a Educação de Adultos como alguns dos objectivos primordiais do programa educacional. Contudo, a autora do trabalho nota que há dificuldades de várias ordens devido à iliteracia, que leva à falta de visão do que se passa onde cada indivíduo se encontra inserido interferindo na concretização do mesmo, com vista a combater os dois males que afectam a humanidade (Analfabetismo e Pobreza). Na tentativa de proporcionar o melhor para cada indivíduo numa sociedade, em especial, nos países em desenvolvimento, até hoje, nunca se parou de procurar soluções que melhorem os programas de Alfabetização.

Ainda Saha (1989) refere que se deve investir na Educação, pois uma população educada contribui para o desenvolvimento socioeconómico da sociedade e para o bem-estar dos indivíduos no seio da sociedade.

É de referir que a vitória contra os obstáculos que ameaçam o bom funcionamento dos projectos dos governos na promoção da Alfabetização demonstrará o desenvolvimento da Educação. A Alfabetização e Educação de Adultos são suportes indispensáveis que confirmam que o desenvolvimento é o resultado positivo que um indivíduo deve adquirir. A aprendizagem adquirida ajuda a aliviar os efeitos da pobreza.

Portanto, de acordo com Plano Curricular de Alfabetização e Educação de adultos, Alfabetização é a aquisição e aplicação de habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo enquanto que Educação de Adultos é o processo de aprendizagem formal, não formal e informal em que jovens e adultos desenvolvem habilidades, conhecimentos e atitudes, aperfeiçoando as suas qualidades técnicas e profissionais, na perspectiva de satisfazer as suas necessidades, da comunidade e da sociedade em geral.

2.3. Conceitos:

a) Género

Em 1998, Moçambique produziu o seu Plano Estratégico de Educação com a duração de cinco anos (1998-2003). Nessa mesma altura, o Ministério de Educação elaborou um documento complementar - o Plano de Acção para a Integração da Perspectiva de

Género (PAIPG) no Plano Estratégico de Educação. A sua intenção era guiar a implementação do PEE na perspectiva de Género.

O PAIPG surgiu em resposta aos múltiplos constrangimentos enfrentados pelas raparigas e mulheres no que diz respeito ao acesso e sucesso escolar no Sistema Nacional de Educação (SNE). Os resultados surgidos da implementação do SNE são reflectidos nos índices de ingresso na escola: mais elevados nos rapazes do que nas raparigas e, contrariamente, nos índices a aprovação/reprovação e desistências maiores nas raparigas que nos rapazes.

Os constrangimentos reflectem-se ainda na distribuição dos altos índices de analfabetismo que ainda se registam em Moçambique, com 71% da população feminina a ser analfabeta, e nos altos índices de pobreza que afectam a população em geral e, sobremaneira, de forma mais severa às mulheres (PAIPG, 1998:1).

No âmbito do PAIPG, o Ministério de Educação já tomou várias iniciativas para promover a equidade de género no SNE. Ao longo dos últimos anos, o número de mulheres que frequentam aulas de alfabetização cresceu. Estes esforços fornecem uma experiência rica com ilações importantes para o futuro.

No âmbito das Metas de Desenvolvimento do Milénio nº3/ Millenium Development Goals (MDG), uma iniciativa do Governo Dinamarquês que visa colocar a equidade de género e empoderamento no ponto mais alto da agenda internacional e acelerar o cumprimento de todas as metas de Desenvolvimento do Milénio (MDM), a então Primeira-ministra de Moçambique, Luísa Diogo e a Dra. Graça Machel foram duas das 100 personalidades mundiais que em 2008 receberam as chamadas “chamas campeãs” em nome de Moçambique, das mãos da Sra. Ulla Tormaes, Ministra da Cooperação Dinamarquesa para o Desenvolvimento.

Ao receber as chamas das mãos da Ministra Dinamarquesa, a ex-governanta Moçambicana, comprometeu-se a estabelecer um outro Sector privado da Sociedade.

Por sua vez, a Dra. Graça Machel comprometeu-se a juntar as organizações da sociedade civil e mulheres das redes profissionais de saúde, membros de parlamentos e mulheres no Governo para a redução da mortalidade materna.

Segundo Loforte (2004), o conceito de género começou a ser usado na década 70 do séc. XX, por estudiosas feministas, para contribuir com melhor entendimento do que

representa ser homem e ser mulher em determinada sociedade e em determinado momento histórico. A mesma autora refere que este conceito de género permitiu também que se corrijam dois equívocos:

- O realce numa igualdade absoluta, negando as diferenças;
- A centralização em apenas um dos géneros sem ter em conta que a história da humanidade é uma história de homens e mulheres numa inter-relação.

Segundo o Plano Estratégico de Educação (1998-2003), em Moçambique, a partir de 1998, a análise do processo da discriminação na sociedade tornou-se preocupação de todos os intervenientes no sistema educativo. Verificou-se que a discriminação contra as mulheres, se reflecte quando pais e professores dão a entender aos adolescentes a existência de tarefas típicas para rapazes e outras para raparigas; o uso da linguagem sexista, dentro e fora das aulas e mesmo ao nível das actividades extra-curriculares, cursos e disciplinas que separam os cursantes tendo em conta o sexo.

Segundo o Dicionário Universal e Gramática da Língua Portuguesa (2002), género significa propriedade atribuída aos nomes para designar sexos, qualidades, ordem ou classes. Contudo, a este conceito inicial assiste-se a uma evolução do termo. Actualmente, a palavra género é utilizada para mencionar todos os aspectos não biológicos das diferenças entre indivíduos do sexo masculino e feminino.

Entende-se que o conceito de género é antes de tudo, uma construção histórica e social com referências que nascem das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica de sexo (EL-Bushra, 2000).

Conclui-se que, se levarmos em conta que o feminino e o masculino são determinados pela cultura e pela sociedade, as diferenças que se transformaram em desigualdades são construídas, e portanto, possíveis de mudança.

Em algumas sociedades, as diferenças de género são notórias por causa das relações económicas entre homens e mulheres. Há diferenças no acesso aos recursos de produção e seus benefícios, assim como, a maneira como a sociedade define os papéis para homens e mulheres. Por exemplo, existem limitações das mulheres a determinados empregos ou mesmo no controlo dos recursos, diferenças salariais e outros benefícios. Tais limitações são impostas, muitas vezes, desde a infância até à idade adulta (EL-Bushra, 2000)

Quando nasce uma criança do sexo feminino, pais e amigos oferecem-lhe indumentárias de cores tidas como simbólicas nas sociedades. Assim, a cor-de-rosa que está ligada à menina e o azul ao rapaz. Esta simbologia estende-se às profissões, ao comportamento e à maneira de estar. Assim, bolas, carrinhos, pistolas, ferramentas são considerados brinquedos masculinos enquanto bonecas e casinhas para meninas. São papéis impostos pela sociedade. A sociedade é que constrói papéis masculinos ou femininos. Em algumas famílias, os rapazes gozam de mais direitos e regalias do que as meninas. Por exemplo, os rapazes podem brincar enquanto as meninas ficam a fazer o trabalho de casa (ajudam a mãe) como preparação para uma boa esposa, mãe e dona de casa, elas aprendem a cozinhar, lavar a loiça, a roupa, vão à busca de lenha e água e cuidam dos irmãos mais novos sem considerar que não existem tarefas específicas para homens e para mulheres; trata-se de uma construção social. A sociedade impõe à mulher e ao homem certos comportamentos e normas diferentes (EL-Bushra, 2000).

A autora deste trabalho salienta que em algumas famílias com poucos recursos financeiros, geralmente, mandam os filhos para a escola e não as filhas. Quando mandam as meninas para a escola, até aos 14 anos são obrigadas a parar de estudar e consideradas mulheres capazes de enfrentar a vida de adultas. Os rapazes têm prioridade na educação. Desta maneira, o rapaz terá oportunidade de estudar até onde puder e entrar no mercado de emprego.

Segundo Nóvoa (1992), a escola é uma instituição de educação que se encontra em qualquer sociedade. É composta por diferentes pessoas. Há professores e alunos. O professor é quem transmite conhecimentos e o aluno aprende, assimila e acomoda os conhecimentos adquiridos nas aulas. As matérias são leccionadas variando da época e do local. De acordo com Nóvoa, para que o sistema escolar passe a desempenhar bem as suas funções, que são de máxima responsabilidade, é preciso que as escolas tenham como objectivo principal dar boa formação e bom preparo aos alunos.

Para Nóvoa (1992), a escola tem de ser encarada como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto dos actores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projecto comum. (Pág. 35)

É neste contexto que o Governo Moçambicano através do Ministério da Educação, no Plano Curricular de Alfabetização e Educação de Adultos (2003), traçou princípios

orientadores que se referem aos pressupostos teóricos que norteiam o currículo e o processo de ensino-aprendizagem. Consta deste currículo:

- Promover o jovem para um desenvolvimento integral e harmonioso, através de um conjunto de competências, conhecimentos, atitudes e valores articulados em todas as áreas de aprendizagem;
- Criar oportunidades educativas diversificadas que permitam ao aluno desenvolver as suas potencialidades, actuando como um sujeito na busca do conhecimento e na construção da visão do mundo.

Assim, a escola tem a responsabilidade de cumprir com as recomendações traçadas para promover a igualdade e oportunidade para todos, pois a educação é um direito de todos os cidadãos, em especial da mulher. Estão definidas metas referentes ao acesso a uma educação de qualidade para todos. As acções desenhadas incluem a promoção da equidade de género no sistema regular de ensino.

Sobre a equidade de género, são destacadas as acções que promovem o ingresso da rapariga e o desenvolvimento de estratégias para a sua retenção.

b) Educação de Adultos

Há mais de quarenta anos, as nações do mundo afirmaram na Declaração dos Direitos Humanos, que toda a pessoa tem direito à educação. Este direito foi reafirmado na Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien-1990).

Segundo Mialaret (1980), a educação é resultado ou produto de uma acção. Significa uma instituição social, um sistema educativo que cada País possui. Como ‘processo’ é a comunicação, a intercessão entre indivíduos.

A autora acima e a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien-1990) não divergem, pois em palavras diferentes, expressam a mesma ideia, para dizer que o indivíduo, incluindo crianças, jovens, adultos e idosos tem direito à aprendizagem (Educação), que deve surtir efeitos em benefício individual, da família, da comunidade e do País.

O plano Curricular da Alfabetização e Educação de Adultos (2011) refere que todo o acto educativo obedece a determinados fins e propósitos de desenvolvimento social e

económico, respondendo conseqüentemente a determinados interesses sociais que sustentam uma filosofia de educação baseada em interesses institucionais dos quais depende em grande medida das características, interesses e possibilidades de sujeitos participantes e outros factores relacionados com o processo de ensino e aprendizagem.

Os métodos podem ser adaptados e adoptados de acordo com situações específicas de aprendizagem.

Segundo Freire (1926) citado no Plano Curricular acima referido (Pág. 20),

“o método dialógico, por exemplo centra-se no individuo e enfatiza princípios que tem em conta as suas particularidades, como também dá lugar a aprendizagens múltiplas onde o espaço do saber é móvel e extensivo ao mundo e a vida quotidiana, não possui fronteira, uniprocesso de subjectividade e colectiva onde o processo do saber é partilhado pelo individuo e pelo colectivo. Enfatiza que o conhecimento já adquirido pelo adulto irá servir de referencial para o estabelecimento de relações que permitirão aos adultos conhecerem aquilo que ainda não sabem.”

Cavalcanti (1973: 5-6), como forma de alfabetização e Educação de Adultos, defende que a andragogia, é a arte e ciência de orientar adultos a aprender. A aplicação da teoria andragógica consiste na aprendizagem de adultos onde o professor precisa se transformar num tutor eficiente de actividades de grupos, devendo demonstrar o entusiasmo pela aprendizagem, a sensação de que aquele conhecimento fará diferença na vida dos alunos. Ele deve transmitir através de abordagens apropriadas, produzindo uma maior eficiência das actividades educativas tendo em conta que os adultos têm experiências de vida numerosas e mais diversificadas que as crianças. Isto significa que quando formam grupos, estes são mais heterogêneos em conhecimentos, necessidades, interesses e objectivos.

A Estratégia de Alfabetização de Adultos (2010-2015:29) cria oportunidades para a capacitação e participação da mulher na vida pessoal, familiar e na sociedade em geral, contribuindo deste modo para o seu empoderamento.

Para tal, assume o compromisso de desenvolver a oferta de uma alfabetização relevante e adaptada às necessidades das alfabetizadas e que conduza à obtenção de conhecimentos, capacidades e competências funcionais e sustentáveis às participantes,

empoderando-as para que continuem a aprender ao longo da vida, tendo desempenho reconhecido por meio de instrumentos de avaliação adequados. Também assume o compromisso de concentrar as acções de alfabetização nas mulheres e populações extremamente vulneráveis, incluindo pessoas privadas de liberdade.

De acordo com Freire (2008), a educação deve ser adaptada ao fim que se persegue, que consiste em permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, o que significa que o homem deve tomar consciência de seu poder de transformar a natureza e que responda aos desafios propostos pela consciência. Assim o método de Paulo Freire incentiva várias instituições que estejam em contacto com indivíduos não educados (analfabetos) para receberem conhecimentos que estimulem de forma adequada o homem nas áreas como: Serviço Nacional de Saúde, que combina com a alfabetização da acção sanitária, no serviço de prisões, nos grupos de promoção popular, que estimulam a formação de organizações comunitárias e nas instituições religiosas. Portanto, a Educação de Adultos é entendida como libertadora e funcional (profissional), por Paulo Freire, quer dizer, o indivíduo aprende e aplica os conhecimentos adquiridos.

Assim, o pensamento de Paulo Freire é retratado no Plano Curricular de Alfabetização e Educação de Adultos (2011), quando define a Educação de Adultos como aprendizagem formal, não formal e informal em que os adultos desenvolvem habilidades, conhecimentos e atitudes, aperfeiçoando as suas qualidades técnicas e profissionais na perspectiva de satisfazer as suas necessidades, da comunidade e da sociedade em geral.

Deste modo, Nafukho, Amutabi e Otunga (2005) afirmam que na Educação de Adultos todas as actividades são desenvolvidas com o objectivo de proporcionar aprendizagem entre aqueles cuja idade, papéis sociais e auto-percepção os definem como adultos.

Segundo Norbeck (1981:3), o adulto é aquele que ultrapassou a adolescência. Ele é responsável por si próprio e por outros e tem experiência de trabalho a tempo inteiro. Esta é uma definição que pode ser útil quando se programa a educação de adultos.

Para a Educação de Adultos é importante conhecer bem o adulto para que haja sucesso no processo de ensino aprendizagem. São vários os motivos que podem causar fracasso nos programas de Educação de Adultos:

- Tratar o adulto como criança. Os educadores tratam-nos, falam-lhes como se fossem crianças. Os adultos são colocados em escolas, salas de aula e carteiras para crianças, pois a maior parte das pessoas associam a educação de adultos com a instrução tradicional para crianças e se os adultos querem receber instrução eles terão de se sujeitar ao mesmo processo que as crianças. Portanto, para a pesquisadora, instrução significa formar indivíduos capazes de enfrentar e resolver os seus problemas, buscar soluções para resolver situações enquanto a educação tem a ver com a formação de valores, sentimentos que identificam a mulher e o homem como seres sociais compreendendo o desenvolvimento de convicções, vontade e outros elementos. A outra razão é que os professores de crianças e adolescentes são em maior número que os educadores de adultos e estes professores têm a tendência de pensar que “educação é educação” e que desde que são professores, sabem o que é educação. Mesmo aqueles professores que foram consciencializados de que os adultos devem ser tratados duma maneira diferente em relação às crianças têm muitas dificuldades de adaptação. Portanto, os adultos não estão motivados para o tipo de educação que lhes é dada.
- Não conhecer o adulto, é outra causa. Os alfabetizadores/ educadores não conhecem a sua idade, profissão, origem cultural, experiência, condições socioeconómicas, condições físicas, etc. Conhecer o adulto, tem a ver com a intenção do programa que pode afectar o como se comunicar com ele. Pode afectar ainda todo o processo de ensino-aprendizagem. (Norbeck, 1981:4).

Por isso, o educador de adultos deve ter em conta que está perante um adulto e a forma de tratamento deve ser específica de acordo com a realidade e a situação favorável do adulto, isto é, todo o processo deve ser feito em função do adulto.

As várias concepções aqui trazidas sobre o que é ser “adulto” respondem às directrizes sobre a Educação para todos. Revelam unanimemente que todas as aprendizagens são úteis para a vida. Todos os autores garantem que se tome em conta que a mulher deve merecer oportunidades de educação iguais às dos homens, que as diferenças se transformem em igualdades, para que haja mudanças na vida da mulher analfabeta.

c) Empoderamento

A presente dissertação faz uma análise sobre o papel da educação para o empoderamento da mulher na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori. A investigação está centrada na percepção das acções desenvolvidas na Escola acabada de referir, em torno do combate à pobreza e ao empoderamento através do processo de ensino, Alfabetização e Educação da Mulher, acesso e retenção da mulher nos programas de Alfabetização. A alfabetização está inserida na Educação de Adultos.

Neste contexto, o objectivo deste trabalho é, através dos resultados obtidos, perceber o empoderamento da mulher. Ao mesmo tempo, analisar o papel da Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori implementa os programas traçados em prol do empoderamento através da Alfabetização e Educação de Adultos.

A Educação de Adultos para o Empoderamento da mulher tem sido interesse de vários estudiosos quando querem libertar a mulher da falta de conhecimento, o tema tem gerado necessidade de encontrar solução através da alfabetização com o objectivo de levar a mulher a alcançar o empoderamento após a aquisição de conhecimentos que proporcionem a melhoria das suas condições de vida.

Para Pinto (1998), o empoderamento é um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder-psicológico, sociocultural, político e económico que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da cidadania.

A mesma autora refere que o processo de empoderamento traduz-se na aquisição de poder do indivíduo, neste caso, a mulher. Para Pinto (1998), o poder entende-se por capacidade, autoridade, oportunidade para:

- Influenciar o pensamento e o comportamento dos outros;
- Ter acesso a recursos disponíveis e a capacidade de influenciar a sua distribuição;
- Tomar decisões e fazer escolhas próprias e a capacidade de as pôr em prática;
- Vigiar e resistir, se necessário, ao poder dos outros.

Por isso, segundo Romano e Antunes (2002), o empoderamento é um processo pelo qual as pessoas, organizações, comunidades assumem o controlo dos seus próprios

assuntos, sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e agir. Para Sen (1992), o empoderamento tem a ver com o desenvolvimento das capacidades das pessoas pobres, excluídas e das suas organizações para transformar as relações de poder que limitam o acesso às riquezas e às relações em geral com o Estado, mercado e sociedade civil.

Segundo Costa (1998:7), o empoderamento conduz as pessoas, organizações e comunidades a tomar consciência das suas competências e potencialidades para controlar a sua própria vida e gerir os seus destinos.

Na óptima da autora deste estudo, actualmente há um consenso em torno da ideia de que é preciso encontrar com criatividade e ousadia formas que possibilitam a inclusão social da mulher, que não é reconhecida como parte integrante do desenvolvimento para o qual contribuiu. Se concordamos que o empoderamento leva a mulher à geração da autonomia, poder de decisão, de gestão de vida individual, da família e da comunidade, estaremos a definir um modo de vida que corresponde a mudanças de padrões de desenvolvimento da mulher adquiridas através da alfabetização e educação de adultos.

Este estudo faz a análise do papel da Educação de Adultos Para o Empoderamento da Mulher na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori de modo a entender melhor até que ponto através da alfabetização e educação de adultos a mulher, após o curso, adquiriu conhecimentos que a ajudam a sair das dificuldades de enfrentar a vida, criando o bem-estar individual e da família, da comunidade onde se encontra inserida o que significa estar livre da ignorância e da pobreza absoluta. Assim, considera-se a mulher educada e empoderada. Ela tem o poder de decidir sobre a sua vida, da sua família na comunidade onde se encontra inserida.

Daí que Lagarde (1993:154. In: Costa, Ana Alice, s/d), refere que o “poder consiste na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com factos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o poder atribui a si o direito ao castigo e a colocar em segundo plano bens materiais e simbólicos”.

Assim sendo, o poder está na posição de julgar, sentenciar e perdoar. Por isso, é nesse contexto que se implementam acções que ajudam a mulher na obtenção do poder, isto é, levam ao empoderamento da mulher.

Segundo Stromquist e Leon (1997), o conceito de empoderamento surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos 70, através da bandeira do poder negro, como forma de valorização da raça e conquista da cidadania plena. Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, da sua própria vida, do seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir.

O termo começou a ser usado pelo movimento de mulheres ainda nos anos 70. Para as feministas, o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como resultado do seu género. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões colectivas e de mudanças individuais (Casimiro, 1999).

Para Stromquist e Leon (1997), o empoderamento consiste principalmente:

- Na construção de uma auto-imagem e confiança positiva;
- No desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente;
- Na construção da coesão do grupo;
- Na promoção da tomada de decisões.

Stromquist e Leon afirmam também que o empoderamento deve incluir as componentes seguintes:

- a) **Componente Cognitiva:** Tem a ver com a compreensão que as mulheres têm em relação à sua subordinação e suas causas em níveis altos e baixos da sociedade. Envolve a compreensão de ser e a necessidade de fazer escolhas mesmo que possam ir de encontro às expectativas culturais e sociais. Deste modo, a componente cognitiva do empoderamento também inclui um novo conhecimento sobre as relações e ideologias de género, sobre a sexualidade, os direitos legais, as dinâmicas conjugais, etc.
- b) **Componente Psicológica:** Inclui o desenvolvimento de sentimentos que as mulheres podem pôr em prática ao nível pessoal e social de modo a melhorar a sua condição, assim como a ênfase na crença de que podem ter êxito nos seus esforços por mudanças; sendo a auto-confiança e auto-estima fundamentais;

c) **Componente Política:** Supõe a habilidade para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais; também significa capacidade para organizar e promover mudanças sociais.

d) **Componente Económica:** Supõe a independência económica das mulheres como componente fundamental de apoio à componente psicológica.

Em suma, o empoderamento das mulheres é um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e na manutenção dos seus privilégios de género. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no controlo dos seus corpos e da sua sexualidade, assim como do combate ao abuso e à violação sem castigo, ao abandono e às decisões unilaterais masculinas que afectam toda a família. De realçar que, desde os finais do século passado, esta foi a luta contra a percepção e glorificação da mulher como mãe e reprodutora (Casimiro, 1999).

Desta maneira, é correcto considerar primordial a relação educação-empoderamento por ajudar o indivíduo a adquirir visão e horizontes para melhorar as suas condições de vida.

CAPÍTULO III – Metodologia

Esta dissertação é orientada pela linha teórica de Paulo Freire que defende a educação como prática da liberdade. Para este pedagogo brasileiro, a educação deve desempenhar um papel libertador. (Freire, 1967)

Neste contexto, de acordo com Freire (2002:45), é preciso que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos e adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem (ser humano) chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer relações de reciprocidade, fazer a cultura.

3.1. Métodos e estratégias de pesquisa

Para a efectivação do presente estudo, foi empregue a pesquisa do tipo qualitativo. Esta caracteriza-se por uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos sujeitos da pesquisa (Lakato e Markoni, 1992).

Severino (2002:145), por exemplo, fundamenta que a pesquisa do tipo qualitativa permite deixar entrar na complexidade dos acontecimentos reais e investiga não apenas o que se compreende sem esforço (o que está claro), mas também as contradições, os conflitos e a resistência a partir da interpretação dos dados no contexto da sua produção para a obtenção de resultados claros e satisfatórios.

Para o presente estudo, este tipo de método permitiu a investigação directa, descrição e explicação da realidade concreta e actual do papel da educação no empoderamento da mulher.

De acordo com o tema em estudo, a abordagem é do tipo descritivo. Gil (1999:95) afirma, a este respeito, que o estudo descritivo permite a “descrição das características de uma determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” Portanto, no caso vertente, trata-se de um estudo de caso que levou a fazer uma observação directa, o que contribui para a compreensão de fenómenos individuais, de um grupo reduzido de sujeitos.

Segundo Babbie (2005), no estudo de caso observam-se características de uma unidade individual, como por exemplo: um sujeito, uma classe, uma escola, uma comunidade. Neste caso, o foco foi sobre a Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori.

Nesta pesquisa, foi também usada como metodologia a consulta bibliográfica e recolha de dados primários (informação obtida no local da pesquisa).

As entrevistas foram realizadas na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori, preferencialmente através da técnica de entrevista directa e presencial (cara a cara) com a população.

Foi igualmente observada a forma como é administrado o processo de ensino e aprendizagem orientado para a criação do bem-estar na vida individual e da família da mulher, através de assistências às aulas. Foram assistidas 4 aulas.

O período necessário para a pesquisa foi de Janeiro a Junho de 2011, uma vez que o trabalho de recolha de dados foi feito durante os dias úteis da semana.

Como foi referido anteriormente, a pesquisa é qualitativa na vertente descritiva e directa. Foi usada preferencialmente a técnica de entrevista directa e presencial (cara a cara) com os sujeitos de pesquisa e uma amostra constituída por 28 mulheres que frequentaram o 1º, 2º e 3º anos, no ano lectivo de 2011 na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori localizado no Distrito Municipal Ka Mavota.

Foi previamente elaborado um questionário de 17 perguntas básicas que foram comuns a todas as entrevistadas. As entrevistadas são alfabetizadas nesta escola de alfabetização.

3.2. População e amostra

A pesquisa teve lugar na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori situada no Distrito Municipal Ka Mavota. A população deste centro é constituída por um universo de 138 alfabetizadas que frequentaram a alfabetização em 2011. Destas 138 foram identificadas acções e estratégias usadas para a promoção e empoderamento da mulher.

Para a amostra foram seleccionadas aleatoriamente 28 alfabetizadas que frequentaram o 1º, 2º e 3º anos de alfabetização em 2011 com idades compreendidas entre 18 e 65 anos, sendo 6 do 1º ano, 10 do 2º ano e 12 do 3º ano.

Segundo Barbetta (2002), numa amostra aleatória, faz-se uma lista da população e sorteiam-se os elementos que fazem parte da amostra. Trata-se de amostra aleatória simples que corresponde a um método de selecção dos elementos da amostra, em que cada um deles tem uma probabilidade igual de ser seleccionado do universo.

3.3. Dados e Técnicas de Recolha de Dados

Após a identificação da população e amostra serão apresentados os dados e técnicas de recolha de dados. É de referir que os dados que foram recolhidos operacionalizarão os objectivos e perguntas de pesquisa.

Os dados recolhidos para a operacionalização dos objectivos e perguntas de pesquisa foram:

1. Notas de campo que continham informações colhidas na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori sobre o pretendido para a elaboração desta dissertação.
2. A percepção dos gestores do subsistema de Alfabetização e Educação de Adultos em relação à alfabetização e ao empoderamento da mulher.
3. A percepção das alfabetizadas em relação ao empoderamento e alfabetização da mulher no Centro Social Flori.

Para a obtenção destes dados, foi usada a técnica de entrevista directa e presencial (cara a cara) com os sujeitos de pesquisa.

Para Lakato e Marconi (1992), entrevista é uma maneira metódica que proporciona ao entrevistador a obtenção verbal de informação necessária. Foram colocadas 17 perguntas sobre o processo de alfabetização da mulher.

Também foi feita observação do processo de transmissão de conhecimentos para a criação do bem-estar na vida individual e da família da mulher.

Os resultados desta pesquisa conduzem ao processo de ensino-aprendizagem da mulher do 3º ano de AEA na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori.

Numa primeira fase foi feita a análise de documentos oficiais em instituições públicas (leis, políticas, relatórios), a bibliografia relacionada com o tema de pesquisa para obter dados actuais e relevantes sobre o tema (livros, revistas, pesquisas, teses, programas de ensino, manuais de alfabetização e o material didáctico) existentes no centro e usado pelos intervenientes do processo de AEA.

3.4. Validade e Fiabilidade dos dados

Durante a entrevista realizada foi possível observar que as respostas são válidas e fiáveis considerando que houve uma prévia aproximação com as alfabetizadas. Foi relativamente fácil interagir com as alfabetizadas e obter com sinceridade e confiança as respostas desejadas para compor este trabalho pois após vários contactos com as

alfabetizandas e a explicação do que pretendia fazer foi possível criar aproximação entre a pesquisadora e as alfabetizandas.

A fiabilidade, segundo Cohen et al. (1989), significa a segurança ao longo do uso dos instrumentos e dos diferentes grupos de respondentes. Retrata a segurança dos resultados ao longo do tempo.

Lakato e Marconi (1992), afirmam que um teste é um instrumento de avaliação utilizado com a finalidade de obter dados que permitam medir o rendimento, a frequência, a capacidade ou conduta de indivíduos de forma qualitativa.

O teste consistiu na realização de uma segunda fase de entrevistas a 10 alfabetizandas do 3º ano da Social Flori que não tinham sido entrevistadas. Após a análise documental das respostas iniciais, tendo-se obtido as mesmas respostas, deste modo garantindo a fiabilidade das informações prestadas.

3.5. Limitações do Estudo e Resultados Esperados

No decurso da pesquisa deparou-se com situações de várias ordens como:

- Indisponibilidade por parte dos entrevistados para fornecer informação alegando falta de tempo;
- Indisponibilidade por parte dos entrevistados devido a receios derivados de certos comportamentos sociais intimidatórios.

Para minimizar o impacto destas limitações, a pesquisadora combinou com os alfabetizadores e com algumas alfabetizandas a realização das entrevistas depois das aulas, tendo outras sido marcadas para sábado em que não havia aulas e outros programas para a sua realização.

Foi igualmente possível interagir e ganhar a confiança das alfabetizandas durante as visitas preparatórias para o estudo e para a assistência às aulas.

Apesar destas limitações e tendo em conta o acima referido, no fim da pesquisa obteve-se os seguintes resultados:

- Identificadas acções desenvolvidas na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori para o Empoderamento da Mulher;

- Identificadas acções desenvolvidas tomando em consideração as necessidades básicas da mulher;
- Identificadas estratégias para erradicar o analfabetismo e reduzir a pobreza;
- Identificadas estratégias para incentivar a mulher a participar nos programas educativos com vista a garantir a sua sustentabilidade.

3.6. Análise dos dados

Dos dados obtidos quer através do acervo bibliográfico atinente ao tema, quer por via da análise documental, das entrevistas, observação de aulas e de outras fontes de informação, foi possível compreender que, apesar de não atenderem totalmente às expectativas da pesquisadora, o processo de Alfabetização da Mulher Social Flori foi decisivo para a sua transformação e sustentabilidade na comunidade de Mahotas-Romão, ao desenvolver uma diversidade de acções que visam o empoderamento da mulher, como: micro-crédito, para geração de rendimento, fabrico de blocos e fabrico de manteiga de amendoim.

Este ponto constitui a espinha dorsal do estudo e mostra os dados aferidos e os procedimentos através dos quais se conseguiu a informação. Faz, por um lado, a análise dos dados que servem para explicar o processo da promoção das acções desenvolvidas para o empoderamento da mulher de acordo com todos os factores socioeconómicos, pedagógicos e institucionais que interferem no processo de ensino-aprendizagem para possibilitar o empoderamento; por outro lado, discute os resultados alcançados. Finalmente apresenta as principais conclusões e recomendações.

No fim da recolha de dados, numa primeira fase, o material foi organizado e categorizado com base em critérios definidos segundo os objectivos deste estudo.

Chegada a fase da organização e classificação do material recolhido, foi feita a análise, interpretação e explicação dos dados para dar resposta ao problema e às questões que originaram o presente estudo.

Por fim, foi feita a aferição dos resultados que são apresentados em forma narrativa e descritiva.

3.7. Questões Éticas

Antecipadamente foi feita uma solicitação às direcções dos centros de alfabetização onde decorreu a pesquisa, para a recolha de dados.

As entrevistas dependeram da disponibilidade dos entrevistados e foi negociada a hora e o local através dos alfabetizadores.

A entrevistadora e os entrevistados apresentam-se e os entrevistados foram previamente informados da natureza, objectivos e a justificação da pesquisa. Também foram discutidos os procedimentos a seguir para garantir que a identidade dos participantes seja anónima e a informação recolhida seja confidencial e usada apenas para efeitos de pesquisa.

Em relação à participação, foi-lhes explicado que é voluntária e que os participantes têm o direito de desistir sempre que assim o entenderem.

Os entrevistados foram informados sobre os aspectos seguintes:

- a) Os resultados esperados com a realização das entrevistas;
- b) A duração da pesquisa;
- c) O procedimento da selecção e a importância do seu contributo para a pesquisa que se estava a desenvolver;
- d) Por fim, a pesquisadora explicou a forma de abordagem das questões ligadas à alteração da rotina normal dos participantes de modo a adaptarem-se ao horário programado para as entrevistas, pois em certos momentos ocorreram fora do horário normal das aulas.

CAPÍTULO IV - Resultados da Pesquisa na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos na pesquisa feita na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori. São igualmente apresentados aspectos institucionais que interferem no processo de ensino e de promoção da mulher, nomeadamente a organização e formação de turmas, o horário escolar, as condições físicas, o material didáctico e o sistema de controlo da pontualidade e assiduidade.

Abordam-se ainda os resultados do processo de ensino-aprendizagem, análise do funcionamento do processo do ensino (as interacções, metodologias, formas de comunicação e estilos de ensino). Faz-se igualmente uma apreciação sobre o material de avaliação da aprendizagem, o aproveitamento pedagógico e, por fim, as formas de apoio pedagógico ao nível da Direcção Distrital Ka Mavota.

4.1. Perfil das mulheres entrevistadas

A maior parte das mulheres dedica-se ao trabalho da machamba e à comercialização de diferentes tipos de produtos, factores inerentes e, por isso, não dependentes da própria mulher enquanto trabalhadora. Quer dizer, no tocante à machamba, por exemplo, a mulher está sujeita a ter uma boa colheita para que a produção seja considerada produtiva. Em relação à venda informal (muitas vezes trata-se de uma barraca ou uma banca de venda à porta da sua casa), nem sempre se consegue ter lucro, uma vez que este tipo de negócio é muitas vezes gerido sem qualquer perspectiva de investimento, tendo como objectivo primário a obtenção de dinheiro para o dia-a-dia.

Muitas das mulheres inqueridas quanto à questão da habitação, revelaram no geral ter um número de divisões reduzido para o elevado número de elementos dos agregados familiares, por exemplo, seis pessoas para três divisões, o que leva a que os elementos dos agregados familiares partilhem um espaço muito pequeno. Isto, por sua vez, dá azo à falta de privacidade e até mesmo à geração de conflitos. Também é pertinente referir que existem famílias que vivem em casa de caniço, apesar de a maioria das mulheres viver em casas construídas de bloco de cimento.

Quanto aos cuidados de saúde da mulher e dos seus filhos, verificou-se que a busca por cuidados médicos ocorre quase sempre em situações de emergência. Isto pode ter a sua explicação no custo inerente a uma consulta médica ou, noutros casos, ao curandeiro e, não raras, vezes ao mazione. Foi perceptível também a ideia de que as mulheres que frequentam a Social Flori já adquiriram o hábito de controlar a sua saúde no hospital, embora não seja de forma rotineira. Estas mulheres, na sua maioria, referiram-se à ida para consultas materno-infantis (controlo de gravidez e pós-parto) como rotina na medida em que estas consultas são gratuitas. Para a aquisição dos medicamentos, a maioria referiu que tem o apoio das Irmãs (MDR). Entre os vários tipos de apoio, destaca-se o apoio financeiro das Irmãs (MDR), através do projecto de apadrinhamentos à distância. Algumas mulheres não participam em grupos, associações que integram a comunidade, o que demonstra um fraco nível de participação cívica, embora outras delas participem.

As mulheres inqueridas destacaram a alimentação como uma das principais necessidades, pelo facto de elas não terem emprego e mesmo as que têm, o rendimento é baixo, mantendo-se as necessidades alimentares. Para melhorar a alimentação, as mulheres deviam ter mais dinheiro de modo a que a sua renda pudesse ser repartida pelas várias despesas inerentes a uma casa e uma família. Assim sendo, não conseguem investir numa alimentação mais nutritiva.

Para além de terem mencionado a alimentação e habitação como alguns dos principais constrangimentos, as mulheres indicaram também outras necessidades a vários níveis, sendo de salientar a educação dos filhos, pois muitas vezes não conseguem adquirir material escolar que estes precisam para o seu percurso escolar.

Face às necessidades apresentadas pelas próprias mulheres, foi-lhes questionado se teriam ou não algum tipo de estratégia para colmatar as mesmas. Em resposta, algumas

afirmaram ter algumas estratégias para superar as suas necessidades. Tais estratégias assentam na sua maioria na venda de produtos diversos, no trabalho da machamba e na alfabetização, razão pela qual se encontram na Social Flori. Como área de interesse e as suas habilidades, constatou-se que a maioria faz referência ao negócio/venda pelo facto de ser usual a população recorrer à venda informal para conseguir obter mais algum dinheiro, o que acaba sendo uma saída fácil, para satisfação das suas necessidades alimentares. O estudo procurou também avaliar a sensibilidade das mulheres sobre mudanças que estas ansiavam ver operadas nas suas vidas. Estas mulheres aspiram, isto é, gostariam de ver melhoradas as suas condições habitacionais, tal como já foi supra referido. Os potenciais alvos de mudança referem-se a necessidades básicas como alimentação, saúde, habitação e educação dos filhos. Sem estas necessidades satisfeitas, torna-se difícil a estas mulheres perspectivarem algo mais ambicioso ao nível profissional, o que a longo e médio prazo seria positivo e bom para elas próprias e para a família.

Através das entrevistas foi possível compreender o desânimo e o conformismo que muitas mulheres demonstram em relação às suas condições de vida. Deste modo, confirmou-se o que já foi referido anteriormente, isto é, quando se caracteriza a população deste bairro como estando a viver numa visão de sustento imediato, de viver um dia de cada vez e sem qualquer possibilidade de projectos futuros.

Portanto, a Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori tem em conta que a pobreza, como uma condição humana, é caracterizada, no geral, pela carência de bens, de serviços sociais básicos, impossibilidade de participar na sociedade, falta de voz, de poder e independência, o que culmina na exploração da mão-de-obra e leva as pessoas à vulnerabilidade ou a correr o risco de exclusão social.

Os problemas acima referidos afectam a vida das populações e os seus empreendimentos ligados às necessidades básicas. Afecta, também, os instrumentos implementados para superar a pobreza, criando barreiras na Alfabetização. Estas barreiras são uma realidade vivida em quase todo o mundo. Devem ser superadas através de projectos definidos de acordo com as condições socioeconómicas.

É tarefa dos Governos e das ONG's traçar programas que visem reduzir a pobreza e o analfabetismo através da programação de acções que satisfaçam esta necessidade. Segundo Delors (1996), os programas de Educação Básica e de Alfabetização de

adultos devem ser mais atraentes, se estiverem associados à aquisição de competências úteis à agricultura, artesanato ou outras actividades económicas.

No que diz respeito à organização do ensino, o estudo constatou que os órgãos de direcção desta instituição funcionam devidamente, dado que existe um instrumento normativo e regulador para o controlo das actividades assim como dos aspectos disciplinares para os educandos e educadores.

Desta análise pode-se perceber que a Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher empodera as mulheres sem excluir o género masculino.

No âmbito da valorização da mulher e do desenvolvimento de competências e habilidades de organizar a vida e a família, no presente trabalho, foram inqueridas 28 mulheres que frequentam o curso de alfabetização na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori, com idades compreendidas entre os 18 e 65 anos de idade. Todas as mulheres entrevistadas afirmaram ter filhos, embora algumas não vivam com os respectivos cônjuges, mas sentem-se preparadas e educadas para o auto-sustento e das suas famílias sendo responsáveis pelos respectivos agregados familiares.

Das 28 mulheres, 25 são casadas ou vivem maritalmente e apenas três são solteiras (vide tabela abaixo).

Tabela 4: Estado Civil

Estado civil	N
Casada ou vivendo maritalmente	25
Solteira	3

A maior parte das mulheres entrevistadas vive em casas próprias, sendo que algumas arrendam ou vivem em casas de familiares ou mesmo dos sogros. Estas têm como base de alimentação legumes e peixe carapau e consomem alternativamente estes pratos com o frango.

Sobre os agregados, a maior parte das mulheres envolvidas nesta pesquisa integra um agregado familiar de entre cinco a sete pessoas, o que decorre, por um lado, do elevado número de filhos que estas mulheres têm e, por outro lado, pelo facto de muitas delas

serem chefes de família que incluem crianças sem pais (principalmente órfãs de mãe ou de ambos os progenitores). Portanto, elas vivem em famílias alargadas, característica comum das famílias africanas.

As principais actividades exercidas por estas mulheres são a agricultura e agro-pecuária, os pequenos negócios, corte e costura e os trabalhos domésticos. Algumas destas actividades foram aprendidas ou mesmo aperfeiçoadas no centro Flori.

Como já se esperava, o rendimento actual de todas as mulheres entrevistadas não é suficiente para cobrir todos as suas despesas e/ou gastos mensais.

Metade do grupo entrevistado afirma que o seu rendimento aumentou em consequência da aprendizagem adquirida, 6 das entrevistadas afirmam que o seu rendimento manteve-se e 8 não sabem se o seu rendimento se manteve, aumentou ou diminuiu como consequência da aprendizagem (vide a tabela que se segue).

Tabela 5: Variação do Rendimento

	O seu rendimento aumentou em consequência do aprendizado?		
	Aumentou	Manteve	Não Sei
Total	14	6	8

Um número muito reduzido destas mulheres tem uma conta bancária, mas a maioria não tem conta bancária e usa como sistema de poupança o “Xitique” entre amigos, colegas, familiares ou mesmo vizinhos. Nota-se que das mulheres que possuem conta bancária poucas conseguem poupar e à semelhança das que não a possuem usam o “Xitique” como meio de poupança ou um meio para acumular valores com os quais adquirem bens acima do seu poder de compra. A prática do xitique não foi aprendida na Escola de alfabetização da Mulher Social Flori. Para questões de poupança, esta instituição oferece um financiamento às alfabetizadas de forma rotativa. As alfabetizadas financiadas recebem prazos para investimento e, após a geração de rendimentos, o valor é reembolsado à instituição e passado para outras alfabetizadas interessadas neste processo de financiamento.

4.2. Avaliação do Grau de Aproveitamento da Aprendizagem

No tocante à alfabetização e educação, todas as mulheres entrevistadas ingressaram na escola de alfabetização sem saber ler nem escrever, mas observou-se que até à data da entrevista todas já sabiam ler e escrever, embora algumas apresentassem ainda uma série de dificuldades tanto na escrita como na leitura. Este facto é uma prova da contribuição deste centro na alfabetização e socialização da mulher.

Destas mulheres, 24 afirmam que quando estão doentes vão ao hospital, 3 vão ao Mazione ou curandeiro e 1 não respondeu a esta questão. Porém, todas foram unânimes ao reconhecerem ter aprendido que em caso de doença deviam visitar o médico. Para esta questão, torna-se difícil obter uma base de comparação entre o antes e depois de ingressar no centro de alfabetização, facto que impossibilita avaliar a contribuição da alfabetização na procura dos serviços de saúde.

Tabela 6: A quem visita em caso de doença?

	Quando está doente vai ao:		
	Médico	Tradicional	Sem Resposta
Total	24	3	1

Ainda na educação, das 28 mulheres entrevistadas, 21 afirmam que participam em eleições, 4 não participam e 3 abstiveram-se desta questão de acordo com a tabela seguinte.

Tabela 7: Participação nas eleições

	Participa em eleições:		
	Sim	Não	Sem Resposta

Total	21	4	3
-------	----	---	---

A aprendizagem não se resume apenas a ler, escrever, ir ao médico quanto está doente e votar mas também ao desenvolvimento de habilidades e competências para a vida, como: a gestão do orçamento familiar e do negócio, a gestão do lar, cuidado dos filhos e dos mais velhos, marcação de consultas pré e pós-natal, itinerário dos chapas e autocarros, entre outros.

4.3. Avaliação do grau de satisfação das alfabetizadas

Sobre o empoderamento da mulher, quando inqueridas acerca da sua satisfação quanto ao Curso de Alfabetização e Educação da Mulher, as respostas variaram entre satisfeita, muito satisfeita e muitíssimo satisfeita. Estas apontam como motivo da sua grande satisfação o facto de durante a alfabetização terem aprendido a fazer contas, a ler sem precisar de auxílio e terem passado por cursos de formação profissional como a corte e costura, informática, construção de blocos e fabrico de manteiga de amendoim. Esta aprendizagem permitiu que elas abrissem os seus próprios negócios, hortas para a sua subsistência e venda e, como consequência, já são capazes de fazer qualquer actividade que precisa de leitura, como manejar o ATM, o que as faz sentirem-se mais valorizadas tanto pela família, como pela sociedade.

Da última questão do inquérito, “Você pretende continuar estudando após a conclusão do curso de alfabetização?”, todas as respondentes afirmaram “sim”. Através das justificações à resposta dada, pode-se verificar que o maior motivo para tal é o facto de estas terem passado a reconhecer o papel e a importância de educação na vida delas e na sociedade.

4.4. Observação na Sala de Aula

Durante as visitas efectuadas no centro e a observação de algumas aulas, verificou-se que as alfabetizadoras demonstram domínio da matéria e os conteúdos foram bem apresentados. Efetuou-se a assistência a 4 aulas antes da realização das entrevistas.

A análise da acção das alfabetizadoras/educadoras permitiu evidenciar que o nível de aprendizagem dos educandos na sala de aula resumia-se principalmente a acções de escuta, observação, registo de apontamentos e ao processo interactivo de ensino. A

comunicação pedagógica caracterizava-se pela exposição de conteúdos, explicação e, às vezes, uma e outra educanda/alfabetizanda era indicada para responder às questões apresentadas pela alfabetizadora.

A forma de participação predominante foi colectiva, através de respostas em coro às perguntas da educadora, houve também espaço para a sessão de apresentação e esclarecimento de dúvidas.

Segundo Freire (1926) citado no Plano Curricular acima referido (Pág. 20),

“o método dialógico, por exemplo centra-se no individuo e enfatiza princípios que tem em conta as suas particularidades, como também dá lugar a aprendizagens múltiplas onde o espaço do saber é móvel e extensivo ao mundo e a vida quotidiana, não possui fronteira, uniprocessos de subjectividade e colectiva onde o processo do saber é partilhado pelo individuo e pelo colectivo. Enfatiza que o conhecimento já adquirido pelo adulto irá servir de referencial para o estabelecimento de relações que permitirão aos adultos conhecerem aquilo que ainda não sabem.”

Na óptica da autora desta pesquisa a comunicação pedagógica não se trata de uma simples emissão de mensagens, de uma troca finalizada numa simples aprendizagem, mas sim de um processo interactivo em que o fundamental é a presença de um duplo *feedback* receptor-emissor, mas também emissor-receptores. Portanto, a interacção pedagógica constitui uma acção de reciprocidade com várias educandas num processo de tratamento de informação em situação de ensino-aprendizagem.

Nesta análise compreende-se que as interacções dos educandos/alfabetizados eram acompanhadas de medo, timidez, insegurança e falta de confiança. As educandas/alfabetizandas contribuíram no diálogo através do qual encontravam ideias para facilitar a percepção dos conteúdos, pois eram ligadas aos interesses de cada uma. São conteúdos relacionados com a saúde e higiene em geral, actividades que incluem palestras, peças de teatro, canções, pintura entre outras manifestações artística-culturais, ao nível dos conteúdos locais que permitem um envolvimento da comunidade.

As alfabetizandas abordaram hábitos culturais locais conciliados com os objectivos pretendidos (proporcionar acesso ao conhecimento).

4.5. Acções Desenvolvidas para o Empoderamento da Mulher

A Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori foi fundada em 1994 com o objectivo de realizar trabalhos de desenvolvimento comunitário com a população do bairro das Mahotas-Romão. É uma instituição religiosa e em particular de solidariedade social. Está sob tutela das Irmãs Missionárias Dominicanas do Rosário, vocacionadas a trabalhar com pessoas mais vulneráveis e desfavorecidas da sociedade, com base nos princípios de justiça e solidariedade, promovendo a participação no processo de crescimento individual e colectivo e apostando na igualdade de oportunidades para todos.

Esta Escola de Alfabetização da Mulher, tem como objectivo principal trabalhar no desenvolvimento e libertação integral da pessoa humana.

Para a efectivação de acções que levam ao empoderamento da mulher, a Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori foi criada, como referido acima, com o objectivo de realizar um trabalho de desenvolvimento comunitário no bairro das Mahotas. Tendo em conta a realidade do bairro, optou-se por apostar no trabalho com a mulher, para:

- Ajudar a mulher a tomar consciência das suas capacidades e da sua dignidade;
- Promover a criação e formação da consciência crítica da mulher no que diz respeito à sociedade, à família e à questão do género;
- Ajudar a mulher a descobrir a sua missão e a acreditar que ela é insubstituível na transformação da sociedade;
- Reduzir o índice de má nutrição de alguns bebés do bairro e arredores;
- Trabalhar na redução do analfabetismo, dando prioridade à mulher e aos adolescentes em situação de risco ou de pobreza.

Para a concretização destes objectivos a Escola leva a cabo as seguintes acções:

- Dinamiza a Alfabetização da mulher, adolescentes e jovens, como forma de reduzir o analfabetismo;

- Trabalha na consciencialização da mulher nomeadamente na formação da sua consciência crítica em relação à sociedade, à família e ao género, uma vez que a sociedade dá privilégio ao homem;
- Dinamiza as micro empresas, o fabrico de blocos e da manteiga de amendoim;
- Potencia acções de formação para os monitores de alfabetização;
- Aposta na formação profissional em corte e costura das mamãs do bairro;
- Fazem, no princípio do ano lectivo, formação e reciclagem dos monitores e educadores do Centro na área da alfabetização;
- Trabalha em colaboração com os parceiros da Escola nomeadamente: Direcção Distrital da Educação, Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração, Acção Social, Centro de Saúde das Mahotas, Escola Primária 9 de Agosto, Escola Comunitária Hitakula, Voluntários vindos da Europa (Portugal) na Educação e Empoderamento da mulher.

4.6. Programas desenvolvidos na Social Flori:

São os seguintes os programas desenvolvidos na Escola de alfabetização da Mulher Social Flori para o empoderamento da mulher:

- Programa de Alfabetização e Educação de Adultos;
- Programa de Corte e Costura;
- Programa de Informática;
- Programa de Micro-crédito:

Estes programas são realizados com mulheres pobres e vulneráveis. Em seguida, o detalhe de cada programa.

4.6.1. Programa de Alfabetização e Educação de Adultos

Este programa tem como objectivo geral proporcionar uma formação integral às pessoas mais vulneráveis da sociedade que não tiveram oportunidades de escolarização na sua vida e como objectivos específicos:

- Proporcionar condições para a realização de aulas de alfabetização;
- Formar os alfabetizadores em matéria de valores humanos e cívicos;

- Consciencializar sobre a dignidade pessoal e a sua valorização através da auto-estima;
- Valorizar a própria cultura e os valores sociais por ela veiculados;
- Ajudar a tomar a responsabilidade na participação da transformação social e no desenvolvimento do País.

Este programa é implementado através da participação diária em aulas de alfabetização; Estimulação do empenho pessoal nas actividades programadas; Promoção de actividades de grupo, convívios, debates, etc.; Avaliação sistemática do processo de ensino-aprendizagem; e Participação nas celebrações festivas ao nível nacional e do próprio Centro.

Este programa funciona com o horário de 2ª a 6ª feira, das 7:00 às 10:45 e das 11:00 às 14:45.

Assim, como forma de garantir os compromissos firmados pelas duas personalidades moçambicanas (Luísa Diogo e Graça Machel), a Social Flori põe em prática acções para o empoderamento da mulher analfabeta. São acções que vão de acordo com os compromissos assumidos pelas personalidades anteriormente referidas. As acções e programas desenvolvidos na Social Flori constam do conjunto de solução dos problemas ligados a questões de poder que têm sido um dos entraves aos projectos de desenvolvimento. A percepção da questão do poder é fundamental e importante no processo da integração da mulher nos projectos de desenvolvimento social e individual nas famílias e na comunidade onde estiverem inseridas. Não se trata só do poder político no âmbito do Estado resultante das hierarquias funcionais, mas sim do papel que se exerce em actos e em linguagem. Quer dizer, a mulher deve exercer o poder em todos os níveis da sociedade, desde as relações interpessoais até ao nível estatal, nas relações económicas, sociais e pessoais.

4.6.2. Programa de Corte e Costura

Este programa é desenvolvido para a promoção e empoderamento da mulher e visa proporcionar às mulheres que o solicitam a possibilidade de desenvolver as suas capacidades, habilidades e profissionalização na área do Corte e Costura com os objectivos específicos seguintes:

- Transmitir os conhecimentos e técnicas adequadas, que permitam o domínio desta arte;
- Permitir a convivência e a interação entre as mulheres que desejam avançar no seu crescimento humano e social;
- Adquirir o Diploma de Corte e Costura para realizar esta profissão no futuro.

Os conteúdos ministrados durante o curso são:

- Noções elementares sobre domínio da costura e prática.
- Introdução à técnica de corte de padrões e realização dos mesmos em papel;
- Introdução à técnica de costura à máquina;
- Realização dos trabalhos finais em pano.

A duração do curso é de 6 (seis) meses com 120 minutos de aulas diárias. No fim do curso, depois de realizadas as respectivas avaliações e trabalhos exigidos, é concedido a cada uma das participantes deste curso, um diploma.

4.6.3. Programa de Informática

O programa de informática tem como objectivo geral proporcionar às alfabetizadas mais avançadas do Programa de Educação de Adultos, a possibilidade de desenvolver as suas qualidades na área da Informática e os objectivos específicos são:

- Preparar as mulheres do Centro para poderem concorrer com maior facilidade a um posto de trabalho;
- Abrir o Centro a outras mulheres do bairro que não tenham acesso neste campo;
- Contribuir para o desenvolvimento comunitário desta zona suburbana da cidade.

Os conteúdos do curso de informática ministrados são:

- Windows Explorer (Gestão Personalizada de Ficheiros)
- Ms Word XP (Processamento Personalizado de Textos)
- Ms Excel XP (Folhas de cálculos Personalizadas)

- Ms PowerPoint (Processamento de Representações, Convites e Postais)

Estes Pacotes são desenvolvidos no ambiente Windows XP em Microsoft Office XP.

O curso de informática tem a duração de 2 (dois) meses e as aulas têm a duração de 120 minutos diários. No final de cada um destes pacotes é entregue às participantes uma certidão de frequência.

4.6.4. Programa de Microcrédito

O Programa de Microcréditos tem como objectivo geral proporcionar às mulheres que vivem em situação de total dependência económica, a possibilidade de empreenderem pequenos negócios que sejam geradores de recursos financeiros, com os objectivos específicos seguintes:

- Capacitar as mulheres em matéria de regras elementares para a realização de um negócio;
- Transmitir-lhes os critérios de auto-estima e valorização pessoal;
- Conscientizar as mulheres sobre a sua dignidade e o seu papel na família e na sociedade;
- Desenvolver nelas o espírito de convivência e interacção entre as próprias mulheres;

Neste programa são realizadas acções ao nível de formação, ofertas de oportunidades para participar num curso básico e elementar, de transmissão de conhecimentos sobre administração de um negócio. As participantes devem marcar presença, mensalmente nas sessões formativas. Ao nível de implementação do Programa de Microcréditos são observados os requisitos seguintes:

- Elaboração da história pessoal de cada uma das participantes no programa;
- Visita das monitoras à própria residência da participante;
- Elaboração conjunta do próprio negócio;
- Assinatura do documento do empréstimo;
- Monitoria do processo de implementação (controlo mensal).

Do mesmo modo, os dados permitiram também perceber que existe um aumento substancial na auto-estima das alfabetizadas, evidenciada na participação social, económica e cultural como: participação em celebrações festivas, em actos de carácter cívico e político, actividades em grupo, convívios.

4.7. Estratégias para a Promoção e Empoderamento da Mulher na Social Flori

As estratégias que visam empoderar a mulher na Escola de Alfabetização e Empoderamento da Mulher Social Flori estão a ser implementadas e incluem as actuais intervenções de desenvolvimento social que levam a mulher a viver com dignidade na sociedade quer pela via do trabalho, quer pela geração de rendimentos próprios, através da criação do auto-emprego, como por exemplo: o fabrico de blocos e fabrico de manteiga de amendoim. Assim, a mulher adquire capacidade e poder de ser autónoma, ter decisões próprias, criar condições para subsistência própria e da família.

O processo de ensino-aprendizagem na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori é materializado de acordo com o Plano Curricular e Programas de Estudo para a Alfabetização e Pós-Alfabetização no âmbito da implementação da Estratégia de Educação de Adultos e Educação não-formal (2010-2011) que demonstra a necessidade de apoiar a mulher através de estratégias referidas no parágrafo anterior que têm em vista o seu real desenvolvimento, como é o caso de Moçambique em que a mulher é muitas vezes, a principal e a única responsável pelo agregado familiar.

Contudo, estas estratégias não devem ser isoladas de modo a serem vistas num contexto de convivência entre mulheres e homens, em que os homens têm também um papel muito importante a desempenhar. As dinâmicas que visam o desenvolvimento da mulher devem incluir o homem e a sociedade em geral, porque ele também deve ser sensibilizado para a importância delas na sociedade.

Neste contexto, são identificados temas pertinentes para as mulheres, que as atraiam aos programas de Alfabetização Educação de Adultos e que mantenham o interesse pelos cursos como: gestão do lar, saúde, educação, cultura, etc. Para o efeito, estão indicados temas mobilizadores para a situação da mulher que pretende chegar ao empoderamento pois a autora do estudo considera a educação a chave para empoderamento. O empoderamento da mulher é também um desafio para o desenvolvimento de Moçambique. Por isso a Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori, torna pertinente e relevante a tarefa de educar a mulher para o empoderamento.

O primeiro turno lectivo na Social Flori tem início às 7:00h, mas a direcção tolera que os alfabetizandos comecem a chegar a partir das 8:00h, pois alguns vão primeiro à machamba e terminam às 10:30h para permitir a continuação das suas actividades particulares depois das aulas. O segundo turno inicia às 14:00h e termina às 16:00h. A flexibilidade do horário contribui na planificação e tomada de decisão da mulher aos cursos de Alfabetização e Educação de Adultos.

4.8. Admissão e critérios de admissão de Alfabetizadores

Os alfabetizadores ou educadores da Social Flori foram seleccionados dentro da congregação religiosa.

Existem núcleos e grupos que participam em várias actividades religiosas, onde as irmãs em serviço nesta instituição de ensino encontram uma oportunidade para identificar pessoas com capacidade e propensão para serem alfabetizadores. As pessoas interessadas fazem as respectivas candidaturas e passam por uma selecção.

As candidaturas são para todos os sexos, mas em especial para as mulheres. É uma forma de educação para a promoção e empoderamento da mulher e participação na luta contra a pobreza absoluta, criando ocupação a quem nunca conseguia oportunidades de emprego. Após a selecção, as candidatas, passam por uma formação profissional proporcionada pelas irmãs desta congregação religiosa. Esta formação não termina aqui, pois o Ministério da Educação, por sua vez, através da Direcção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos e o Distrito Municipal Ka Mavota completa a formação para melhorar a qualidade de ensino, isto é, são criadas capacitações periodicamente. É de referir que os formadores em exercício nesta instituição de ensino são voluntários, pois, de livre vontade se disponibilizam para exercer esta tarefa pouco remunerada. A Social Flori, tem sete educadores/ formadores, sendo seis mulheres e um homem.

Nota-se, desta forma, a implementação dos objectivos da Instituição que consistem na promoção e empoderamento da mulher da Mulher.

Os critérios de admissão dos alfabetizadores/educadores devem reunir os requisitos seguintes:

- Merecer confiança da comunidade;

- Ser idóneo;
- Possuir conhecimentos sobre a andragogia;
- Ser criativo, persuasivo e dinâmico;
- Ter habilitações mínimas aceitáveis para administrar o processo de ensino-aprendizagem tais como: Possuir a 4ª classe do ASE, ou 6ª ou 7ª do SNE (Para a fase de alfabetização), a 10ª ou 12ª classe para professores que leccionam o ensino primário.

4.9. Admissão das Alfabetizadas

A congregação religiosa procura educandos nos vários grupos crentes que participaram em actividades religiosas.

Dentro destas actividades, as Irmãs promovem sessões onde mostram a importância e a necessidade de estudar. As pessoas sensibilizadas manifestam a vontade de aderir ao processo de ensino-aprendizagem.

Deste modo, no começo do ano lectivo, fazem-se inscrições para o início das aulas. No acto das inscrições, não há discriminação do género, embora a prioridade seja para mulheres. A autora deste trabalho constatou que os homens aderem pouco aos programas de alfabetização e educação de adultos, porque sofrem do complexo de superioridade e não querem mostrar as suas fraquezas perante as mulheres, isto é, acham que sendo homens devem ser superiores em relação ao sexo oposto. Assim, têm vergonha de cometer erros durante as aulas; sentem-se mal e desistem. Quando alcançam sucessos no processo de ensino-aprendizagem, continuam até ao fim do ano lectivo.

Segundo o Plano Curricular de Alfabetização e Educação de Adultos (2011), podem inscrever na fase de alfabetização todos aqueles que não possuam habilidades e competências de literacia (leitura e escrita) e de numeracia (contagem de números e realização de operações básicas como: somar, subtrair e dividir) e outros requisitos curriculares definidos nesta fase, os quais determinam o seguinte:

- Podem frequentar os cursos de alfabetização e de Pós-alfabetização e educação Não-Formal todos aqueles que, por vários motivos, não tenham tido acesso à escolarização formal bem assim, aqueles que tenham abandonado antes de terminar os ciclos do primeiro grau do ensino primário.

- Podem inscrever-se na fase de Pós-alfabetização todos aqueles que não possuam conhecimentos, habilidades e competências aprofundadas (sobre a ciência da sociedade e da natureza) relativas às ciências sociais e naturais, ao desenvolvimento individual, familiar, comunitário e científico definidos no currículo.

Deste modo, os beneficiários ganham a consciência do valor da alfabetização para a vida, para a sua família e a comunidade em geral; daí a importância da tarefa de mobilização e sensibilização que o Governo, a sociedade civil e outras entidades devem desenvolver, para as pessoas aderirem aos programas AEA/ENF.

4.10. Avaliação do aproveitamento

O controlo da aprendizagem usado na Social Flori é feito da seguinte forma: avaliação de controlo parcial (ACP) e avaliação de controlo final (ACF). Estas formas de avaliação são quantitativas, cuja escala varia de 0 a 20 valores. São aplicadas em cada semestre três ACS, duas ACP e uma ACF, sendo todas avaliações escritas. Durante as aulas não é feito qualquer tipo de registo para marcar a participação dos alfabetizandos. As educandas são submetidas a testes escritos para avaliar o grau de assimilação dos conteúdos leccionados.

As entrevistas revelaram que alguns alfabetizadores ou educadores não são muito rigorosos nas correcções das provas, preocupando-se mais com as ideias do que com os erros, construção frásica ou outros aspectos ortográficos e morfológicos. Para estes alfabetizadores ou educadores, a avaliação não é determinante para decidir sobre a situação final dos educandos ou alfabetizandos. Os resultados das provas só determinam se o alfabetizandos/educandos são ou não admitidos ao exame mesmo que tenham como nota final uma média de zero valores. Mesmo assim, os alfabetizandos/educandos manifestam um sentimento de medo quando lhes são informados da realização de uma prova. Ficam muito nervosos, pois acreditam que a classificação é determinante, os resultados positivos são estimulantes e dão mais força para continuar.

As formas de avaliação praticadas nesta instituição de ensino são:

- 1- Avaliação Diagnóstica
- 2- Avaliação Formativa.
- 3- Avaliação Sumativa;
- 4- Avaliação Aferida (MEC, 2012b: 7).

A avaliação sumativa tem mais peso/valor que a formativa que apenas caracteriza ou informa qualitativamente sobre o comportamento das alfabetizadas. Contudo, as alfabetizadoras têm a consciência de que a componente da avaliação deve ter em conta todo o trabalho realizado pelas alfabetizadas, e não apenas considerar o resultado das provas. O resultado das avaliações, isto é, o aproveitamento pedagógico em 2010 e 2011 encontra-se apresentado no anexo. Por isso, tenta-se praticar um tipo de avaliação que tem a ver com conhecimentos, experiência e a diversidade cultural dos educandos/alfabetizados.

Os mapas de aproveitamento reflectem a situação do aproveitamento pedagógico dos anos lectivos de 2010 e 2011. Os dados estatísticos mostram que durante o ano lectivo de 2010 o número de alfabetizados na Social Flori é menor em relação ao número das alfabetizadas. O mesmo se verifica no ano lectivo de 2011.

Conclui-se que, em termos de efectivos escolares, há maior número de inscrições do sexo feminino.

Assim sendo, pelos resultados constantes nas Tabelas em referência, especialmente em relação à mulher, cujas percentagens são positivas em 2010 e em 2011; pode-se afirmar que o nível de aprendizagem da mulher na Social Flori é aceitável pois está acima de 50%.

De seguida apresenta-se a história de vida de uma alfabetizada que estudou na escola em análise.

4.11. História da Mulher Entrevistada

Esta história retrata o depoimento de uma alfabetizada que se demonstrou realizada por ter frequentado o curso de Alfabetização, uma vez que com a melhoria da fluência verbal as suas opiniões são mais ouvidas e respeitadas do que antes e sente que a vida melhorou e consegue decidir sobre a sua vida.

A Sr.^a Percina, de 43 anos, natural de Maputo, residente no distrito Ka Mavota, bairro Romão, divorciada, mãe de três filhos, ingressou no 1º ano de alfabetização em 2009, na

Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori, onde funciona um centro de alfabetização. Ela concluiu os três anos de alfabetização sem nenhuma interrupção.

A entrevistada quando aderiu ao processo de alfabetização já se comunicava na Língua Portuguesa, o que facilitou o processo de ensino-aprendizagem. Na alfabetização, ela aprendeu a ler, escrever e fazer cálculos (literacia e numeracia).

No seu depoimento, Percina revelou que esteve casada com um funcionário bancário e em algumas ocasiões recebia os colegas dele em casa e sentia dificuldade em acompanhar certas conversas, cujos temas não estavam ao seu alcance. Portanto, não estava em condições de discutir certos assuntos. Dependia do marido para tratar de qualquer assunto em Português.

Para a Percina, a dependência do marido para enfrentar certas situações da vida constituía uma grande preocupação. Não conseguia gerir algumas situações para satisfazer as suas necessidades básicas tais como: o horário escolar dos filhos, as datas para consultas, vacinas e o peso do bebé, a consulta pré-natal, programação do rancho mensal, leitura do destino dos autocarros ou chapas, leitura e escrita de mensagens no telefone celular, etc.

Certo dia, o marido mostrou-lhe a necessidade de estudar, mas ela não deu importância ao assunto. Ela achava que era tarde e seria tudo difícil. Passaram-se muitos anos sem se preocupar em estudar até que, por si própria, apercebeu-se do desenvolvimento social, económico, político e cultural que a deixava cada vez mais atrasada. Assim, viu a necessidade e importância de estudar. Deste modo, falou ao marido que havia chegado o tempo de estudar. Decidiu de livre e espontânea vontade iniciar com os seus estudos. O marido louvou a decisão da esposa que tinha receio de enfrentar dificuldades por causa da idade, achava que as amigas, colegas da turma, vizinhos e familiares haviam de se rir dela.

Daí, sem mais hesitação, no início do ano lectivo de 2009, o marido deslocou-se ao centro de alfabetização que se encontra na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori para proceder à inscrição da Percina no 1º ano. No primeiro dia, a Percina foi às aulas e gostou, sentindo-se feliz por encontrar mais pessoas na mesma situação. Todos iam para aprender, ninguém se ria e nem comentava e muito menos questionava a presença dos colegas.

Percina frequenta o 3º ano de alfabetização e tem um plano para ingressar no Ensino Primário do 2º Grau e espera frequentar e concluir este nível em tempo recorde. No presente ano lectivo (2011), apesar das dificuldades devido ao divórcio que ocorreu no ano anterior e a outros afazeres que constituíram barreiras fortes na sua vida, está decidida a enfrentar todos os obstáculos à sua carreira estudantil como forma de conquistar o sucesso e o bem-estar para si e para a família, concluindo o 3º ano de Alfabetização.

É de salientar que, durante o período de alfabetização, teve um grande apoio do ex-marido. Este comprou-lhe material escolar e esclarecia-lhe as dúvidas que surgiam durante o processo de ensino-aprendizagem. Também teve apoio dos filhos que naquela altura estudavam no ensino primário. Em 2009 um dos filhos foi para a Academia Militar em Nampula, o outro para o Instituto de Ciências de Saúde em Maputo e o mais novo para a Escola Básica Agrária de Boane.

Quanto à questão da aprendizagem, contou que não teve muitos problemas e que tinha gostado mais de Matemática, daí o seu sonho em ser contabilista como primeira opção para o emprego.

CAPÍTULO V - Conclusões e Propostas

Com a pesquisa levada a cabo no Bairro das Mahotas-Romão na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori, em Maputo, foi possível conhecer e perceber a situação das mulheres desta área, bem como as suas principais necessidades básicas (ler, escrever e fazer cálculos) e, ao mesmo tempo, conhecer quais são as suas ambições. Procurou-se analisar o papel da Educação de Adultos no Empoderamento da Mulher na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori. Foram identificadas em certa medida as principais acções desenvolvidas nesta instituição, apontando aspectos que poderiam ajudar a melhorar o processo de ensino-aprendizagem da mulher.

5.1. Conclusões

Ao apresentar as conclusões, recordamos as questões de pesquisa:

1. Que acções são desenvolvidas para o empoderamento da mulher na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori?
2. Como são implementadas as acções do empoderamento da mulher para o alcance das suas necessidades básicas?
3. Como a Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori implementa estratégias para o empoderamento da mulher?

No que respeita à primeira questão, concluiu-se que a Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori desenvolveu várias acções para o empoderamento da mulher, tais como:

- Alfabetização e educação de adultos;
- Programa de corte e costura;
- Programa de informática;
- Programa de micro-crédito;
- Programa de fabrico de blocos e de fabrico de manteiga de amendoim.

Em relação à segunda questão, a pesquisa permitiu concluir que a actuação dos educadores na sala de aula baseia-se em estratégias que levam à passividade das alfabetizandas. A actividade pedagógica é centrada no alfabetizador e as alfabetizandas só escutam, isto é, consomem e registam os conteúdos tratados.

Deste modo, este estudo demonstrou que o ensino ministrado não estabelece relações entre o conhecimento adquirido pelas Alfabetizandas com a sua experiência do dia-a-dia. Assim sendo, não responde às necessidades reais das alfabetizandas.

O material didáctico usado é menos motivador, por não ser específico para adultos. Os conteúdos não possibilitam o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes que facilitem aos formandos a inserção rápida no mercado de trabalho.

Mesmo assim, considera-se que as mulheres são o grupo alvo que mais adere à iniciativa que tem como objectivo ensinar a ler, a escrever, a contar e fazer algo que ajude a melhorar as condições de vida nomeadamente: ambiente sustentável, saúde comunitária e habilidades e competência para actividades de geração de rendimentos o que leva ao empoderamento da mulher. Quer dizer, há empoderamento através do desenvolvimento das habilidades e competências construídas através da alfabetização e educação de adultos, tais como: leitura, escrita, cálculo, habilidades para a vida, gestão de negócio, saúde e higiene em geral, etc.

Os programas acima referidos proporcionaram uma formação integral das mulheres que não tiveram oportunidades de frequentar a escola nas suas vidas. Ainda, proporcionaram o desenvolvimento das suas qualidades na área de informática. Deram às mulheres a possibilidade de desenvolver as suas capacidades, habilidades e profissionalização na

área de corte e costura, no fabrico de blocos e no fabrico de manteiga de amendoim. As mulheres em situação de total dependência económica tiveram a possibilidade de empreenderem pequenos negócios para geração de recursos financeiros ou de rendimentos através de micro-créditos proporcionados pela Social Flori.

No que respeita à terceira questão, a Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori, desde a sua criação até ao momento da pesquisa, apoia muitas mulheres do bairro das Mahotas-Romão e tem como o seu principal foco a alfabetização e Educação de Adultos, em especial para o empoderamento da mulher. Foram implementadas estratégias para o empoderamento da mulher que são:

- Temas que atraiam a mulher e mantenassem o interesse pelo curso como: saúde e higiene, gestão do orçamento familiar, gestão dos rendimentos, marcação de consultas, controlo pré-natal e pós-parto, leitura do itinerário dos chapas e autocarros;
- Flexibilidade no horário de acordo com a disponibilidade da mulher;
- Participação nas celebrações festivas ao nível nacional e da própria escola;
- Promoção de actividades em grupos, convívios e debates.

A pesquisa permitiu concluir que a actuação dos educadores na sala de aula baseia-se em estratégias que levam à passividade das alfabetizadas. A actividade pedagógica é centrada no alfabetizador e as alfabetizadas só escutam, isto é, consomem e registam os conteúdos tratados.

Todavia verificou-se que as mulheres são o grupo alvo que mais adere à iniciativa, aprendendo a ler, escrever, contar e a fazer algo que ajude a melhorar as suas condições de vida.

Pode-se falar de empoderamento das mulheres através do desenvolvimento das habilidades e competências construídas através da Alfabetização e Educação de Adultos.

Depois da realização desta pesquisa, assumiu-se que a educação da mulher para o seu empoderamento é um factor imprescindível e um veículo potencial para se conseguir criar melhores condições de vida. A mulher consciencializada sobre os seus problemas reconhece os direitos e deveres em relação a si própria, aos outros e à sociedade em geral; terá um grande nível de participação na comunidade, lutará para melhorar as suas condições de vida, e por fim, terá consciência de que é necessário que cada pessoa

contribua para uma sociedade mais igualitária e justa. Para além da componente informativa, a consciencialização é um meio de integração, inclusão das mulheres na sociedade.

Também, é relevante referir que uma mulher informada dos seus direitos terá a tendência de educar os seus filhos nesse sentido. Assim, pouco a pouco, isto contribuirá para a formação de uma sociedade constituída por mulheres conscientes, participativas no desenvolvimento e crescimento do país.

Há que destacar o facto de o estudo ter considerado ser fundamental para o desenvolvimento e autonomização das mulheres inquiridas, uma formação na área de gestão na medida em que, esta influencia em toda a vida do orçamento familiar até aos fundos necessários para se manter um negócio, permitindo uma qualidade de vida sustentável. Adicionalmente, saber gerir o dinheiro, ajuda a definir prioridades, perspectivar o futuro, visando a médio e longo prazo melhorar as condições de vida.

5.2. Propostas

Neste ponto, pretende-se apresentar algumas propostas tendo em conta os resultados da pesquisa.

A implementação de actividades de Alfabetização deve ser motivadora e materializadora de tal forma que se veja o quão importante é aprender a ler e escrever. Assim, teremos pessoas motivadoras.

De acordo com o PARPA II, (2006-2009), estas estratégias são resultado da análise das formas de reduzir as barreiras na Alfabetização devido à pobreza e são casos concretos de Moçambique.

Assim, o empoderamento deve estar na base de qualquer intervenção, na medida em que se traduz num aumento de poder por parte da mulher de modo a que com consciência, confiança e autonomia ela consiga realizar os seus projectos.

Para melhorar o processo de ensino-aprendizagem do subsistema de Educação de Adultos recomenda-se o seguinte:

- Adequar os livros didácticos e os programas de ensino, às necessidades reais da mulher;

- Abordar os conteúdos de acordo com as particularidades e potencialidades das alfabetizandas/educandas de modo a validar as experiências adquiridas ao longo da vida e relacionadas com o saber escolar;
- Fazer com que os conteúdos abracem conhecimentos técnicos ou práticos, através dos quais as alfabetizandas/educandas possam adquirir habilidades e competências que contribuirão para responder às necessidades imediatas do seu dia-a-dia.
- Formar continuamente os educadores/alfabetizadores da Social Flori com o objectivo de melhorar a sua actuação pedagógica no processo de ensino-aprendizagem de adultos;
- Revitalizar os núcleos de apoio pedagógico para que os educadores/alfabetizadores possam partilhar, discutir e decidir sobre aspectos relacionados ao ensino-aprendizagem de adultos.
- Os alfabetizadores devem ter apoio dos directores das escolas onde funcionam os núcleos de Alfabetização, assim como dos directores pedagógicos na planificação das aulas.
- Para boas práticas pedagógicas, sugere-se que se faça a distinção entre os educadores que revelem maior e menor desempenho pedagógico e se concedam estímulos aos mais dedicados, envolvendo-os nas jornadas pedagógicas.
- As práticas pedagógicas são necessárias para a troca de experiências entre eles. Assim, os projectos de Alfabetização em Moçambique podem surtir os efeitos esperados.

Desta forma, concretiza-se a funcionalidade da Alfabetização. A pessoa ganha autonomia, progresso, civilização, liberdade individual e mobilidade social.

Referências Bibliográficas

1. A IIª Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos tem em vista fazer face a essa preocupação registada no Relatório da Análise de Alfabetização em Moçambique (2008).
2. Aitchison J. (2009). *A voz da CONFINTEAVI*. (RSA): Universidade de Kwazulu de Natal.
3. Babbie, E. (2005). *Métodos de Pesquisa de Survey*. Brasil: Editora UFMG.
4. Barbeta P. A. (2002). *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. Florianópolis: (6ª Edição). Editora UFSC. Capítulo 3.
5. Bedregal, T.F. (2003). *El género no debería ser una categoría dual*. In: *madremujer*.
6. Casimiro I.M.C. (1999). *Paz na Terra, Guerra em casa*. Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique, Tese de Mestrado em Sociologia, Universidade de Coimbra.
7. Cavalcanti, R. A. (1973). *Andragogia: A Aprendizagem nos Adultos*. Brasil: Faculdade de Medicina da UFPD.
8. Centro Cultural Mosaiko (1999). *Direitos Humanos: guia de apoio a curso de formação*, Luanda-Angola: Indugráfica- Industrias Gráficas.
9. Cohen, M. and Manion, L. (1989). *Research methods in Education*, London and New York.
10. Conceito de Pobreza, (2012). Brasil. Disponível a 26 de Novembro de 2009 em <http://contrapobreza.blogspot.com/2008/03>.
11. Conselho de Ministros (2010). *Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique 2010-2015*, Maputo.
12. Costa, A. A. (1998). *As donas no poder, Mulher e Política na Bahia*. Salvador: Coleção Bahianas, Vol.2.
13. Danis, C. e Solar C. (2001). *Aprendizagem e Desenvolvimento dos Adultos*. Montreal: Universidade de Montreal, Instituto Piaget,.
14. Declaração Mundial sobre Educação para todos (Conferência de Jomtiem-1990). Jomtiem.
15. Delors, J. (1996). *Educação, um Tesouro a Descobrir*. Lisboa: Edições ASA.
16. Dicionário Universal mais Gramática da Língua Portuguesa (2002). Maputo: Moçambique Editora.

17. DNAEA (2005). *Informe sobre as realizações do subsector de AEA/ENF 2000-2004*. Maputo.
18. Duke, C. (2004). *Educacion de Adultos y Reduccion de la Pobreza: Una Prioridade Mundial - Informe General*, IIZ DVV (Institute de Cooperacion Internacional de la Asociacion Alemanha para Education de Adultos. (PP. 17-96) (Ed.), Conferência de Botswana 2004.
19. El-Bushra, J. (2000). Repensar sobre género e Práticas de desenvolvimento para o século vinte um, *Gender and Development*, Vol 8, No.1, Março.
20. Feminismo (2010). In: [www.http://file://E:feminismo-wikipédialivre.htm](http://file://E:feminismo-wikipédialivre.htm).
21. Fórum Mundial de Educação (2000). Dakar, Senegal, 26-28 de Abril.
22. Freire, P. (1967). *Educação como prática da Liberdade*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
23. Freire, P. (2008). *Conscientização: Teoria Prática da Libertação*. São Paulo: Centauro Editora.
24. Gadott M. R., J. E (2000). *Educação de Jovens e Adultos: Teoria Prática e Proposta – Guia da Escola Cidadã*. Brasil: Instituto Paulo Freire. Cortez Editora.
25. Gerold, A. P. & Herbon, D. (2002). *Employment Oriented Non-Formal skills Development: Experiences, concepts, guide lines*. Maputo: G:T:G.
26. Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.
27. Gil, A. C. (2002). *Como elaborar Requisitos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas 4^a Edição.
28. Governo de Moçambique (2001). Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2001-2005 (PARPA I). Aprovado pelo Conselho de Ministros em Abril, Maputo.
29. Governo de Moçambique (2006) Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II). Aprovado pelo Conselho de Ministros aos 2 de Maio, Maputo.
30. Governo de Moçambique (2010) Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2010-2015 (PARPA III). Em processo de aprovaao, Maputo.
31. Governo de Moçambique, Ministério da Educação (2010). *Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique 2010-2015*. Maputo.

32. Heilborn, M. L. (1995). *Género e Desenvolvimento Institucional em ONGs – Núcleo de Estudos - Mulher e Políticas Públicas*. Brasil: Universidade do Rio de Janeiro. IBM.
33. Instituto Nacional de Estatística (INE) (2007). *III Recenseamento Geral a População e Habitação 2007*. Maputo.
34. Kabeer, N. (1997). *Empoderamiento desde abajo: Qué podemos aprender de las organizaciones de base?*. In. Leon, M. (org) *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: MT Editores
35. Lagarde M. (1993). *Cautiveiros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*, México: UNAM, p-2 in Costa, A. Alice 1998.
36. Lakato, M. e Marconi, M. A. (1992). *Metodologia de Trabalho Científico*. São Paulo: Atlas Editora, 4ª Edição.
37. Lind, A. S. e Johnston, A. (1986). *Objectivos e Estratégias da Educação de Adultos*.
38. Lind, A., Patel, S., Buque, D., Buduia I., Cambaza A. E Cambula A. (2008). *Relatório da Análise da Situação da Alfabetização e Educação de Adultos (AEA) em Moçambique*, MEC/UNESCO.
39. Loforte, A. M., (2004). *“Políticas e estratégias de Igualdade de Género: Constrangimentos e ambiguidades”*, Publicado em *Outras vezes*, Maputo: WLSA Moçambique, nº8.
40. Mário, M. & Nandja, D. (2006). *Alfabetização em Moçambique: Desafios para Educação de Adultos*. Moçambique: Universidade Eduardo Mondlane.
41. Mário, M. (2002). *A Experiência Moçambicana de Alfabetização e Educação de Adultos. Comunicação apresentada na Conferência Internacional: Adult Basic and Literacy Education in the SADC Region, 3-5th of December 2002*. Pitermatizburg, RSA: University of Natal.
42. MEC (1998). *Plano de Acção para a Integração de Género no Plano Estratégico de Educação*: Maputo.
43. MEC (1998). *Plano de Acção para a Integração da Perspectiva de Género no Plano Estratégico de Educação*: Maputo.
44. MEC (1999). *Movimento de Educação para Todos (MPET)*. Maputo.
45. MEC (2000). *Meta de Desenvolvimento do Milénio nº3 (MDG)/ Millenium Development Goals (MDG)*, Maputo/Dakar.

46. MEC (2000). Revisão da Estratégia de Género no sector da Educação 2004-2008. Maputo.
47. MEC (2002). Relatório Nacional sobre Analfabetização e Educação Básica de Adultos na Região da SADC. Universidade de Natal. África do Sul, 3-6 de Dezembro.
48. MEC (2003). Plano Curricular e Programas de Estudo para a Alfabetização e Pós-Alfabetização, Maputo.
49. MEC (2006). Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias para o Período de 2007 a 2009 (OTEOs). Maputo.
50. MEC (2006). Plano Estratégico da Educação e Cultura. Maputo.
51. MEC (2010). Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique (2010-2015): Maputo.
52. Mialaret, G. (1980). *As Ciências de Educação: Psicologia e Pedagogia*. Lisboa: Moraes Editores - 2ª Edição.
53. MINED (1993). Plano Estratégico de Educação (PEE) 1998 com duração de cinco anos, 1993 a 2003: Maputo.
54. MINED (1998-2003). Plano Estratégico de Educação. Maputo.
55. MINED (2001). Estratégia do Subsector de Alfabetização e Educação de Adultos/Educação Não-Formal, 2001-2005. Maputo: MINED.
56. Muwaningua, V. (2001). *Para Além das Desigualdades: A Mulher na África Austral*. Harare: Southern Africa Awareness and Documentation Centre.
57. Nafukho, F., Amutabi, M. e Otunga, R. (2005). *Foundation of Adult Education: African Perspectives on Adult learning*. South Africa: UNESCO Institute for Education.
58. Norbeck, J. (1978). *Educação de Adultos: Políticas de Alfabetização de Adultos no Mundo Actual*. Braga: Universidade do Minho, (PP.147-162).
59. Norbeck, J. (1981). *Formas e Métodos de Educação de Adultos: Projecto de Educação de Adultos*. Braga: Universidade do Minho.
60. Nóvoa, A. (1992). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
61. Openjuru, G. (2004). *Adult Literacy and Development Link: A perspective from a Non-Literate's Literacy Practices and Environment*. Bona: IIZDVV.
62. Paint, M. (2004). *Educación de adultos y medios de vida: Las mujeres como agentes de cambio*. (PP. -137-166) IIZ DVV (Institute de Cooperacion

- Internacional de la Asociacion Alemana para Education de Adultos. (Ed.), Conferência de Botswana 2004.
63. Pinto, Carla (1998). *Empowerment: Uma Prática do Serviço Social*. Lisboa, ISCSP.
64. O plano Curricular da Alfabetização e Educação de Adultos (2011).
65. Plano Estratégico de Educação (PEE) produzido em 2008 pelo Ministério da Educação: Maputo.
66. Projecto FELITAMO (2010-2012). Promovendo a Alfabetização de Mulheres em Angola e Moçambique: Angola. www.dvv-internacional.co.za/?page_id=120&lang=pt Disponível a os 8 de Maio de 2013.
67. Relatório Nacional sobre Alfabetização e Educação Básica de Adultos na Região da SADC. Universidade de Natal. África do Sul, 3-6 de Dezembro.
68. República de Moçambique (2001). Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPAI) (2000-2004), Maputo.
69. República de Moçambique (2006). Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPAII) (2006-2009), Maputo.
70. República de Moçambique (2011). Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPAIII) (2011-2014), Maputo.
71. Rochimond, N., Robinson C. e Sachs-Israel (2009). *O desafio da Alfabetização de Jovens e Adultos na Metade da Década das Nações Unidas para Alfabetização 2003-2012*. LOCAL
72. Romano, J. O e Antunes, M. (2002). Introdução ao debate sobre o empoderamento e direitos no combate a pobreza: Brasil: Coordenação Editorial Action Aid.
73. Rungo, R. (2004). Necessidades Básicas de Aprendizagem na Alfabetização de Adultos. Disponível a 15 de Setembro de 2009 em www.cereja.org.br. Maputo
74. Saha, L.J.S. (1989). *International Encyclopedia of Education*. America: Pergamon Press.
75. Scavone L. (2008). *Uma Sociologia Feminista?*. Florianópolis: Universidade Estadual Paulista/ Araraquara, Vol.16.
76. Seminário de Revitalização dos Núcleos Pedagógicos de Base (1998). Os desafios do séc. XXI: Novas Abordagens de Educação de Adultos, Departamento de Educação de Adultos, Formação nº5, Beira.
77. Sen, A. (1992). *Inequality reexamined*: Oxford: Oxford University Press.

78. Severino, A.J. (2002). *Metodologia do trabalho científico*. (22^a Edição). S.Paulo: Cortez Editora.
79. Silvestre, C.A.S. (2003). *Educação/Formação de Adultos: Como Dimensão Dinamizadora do Sistema Educativo*. Lisboa: Stória Editores, Lda.
80. Stronquist, N. e Leon M. (1997). *La Búsqueda del empoderamiento: Poder e Empoderamiento de las mujeres em que puede contribuir el campo de la education*. Santafé de Bogota: TM Editores.
81. Torres, R.M. (2002). *Aprendizaje a lo Largo de Toda la Vida*: Buenos Aires.

ANEXOS

Anexo1 – Logotipo Centro Social Flori



CENTRO SOCIAL “FLORI”

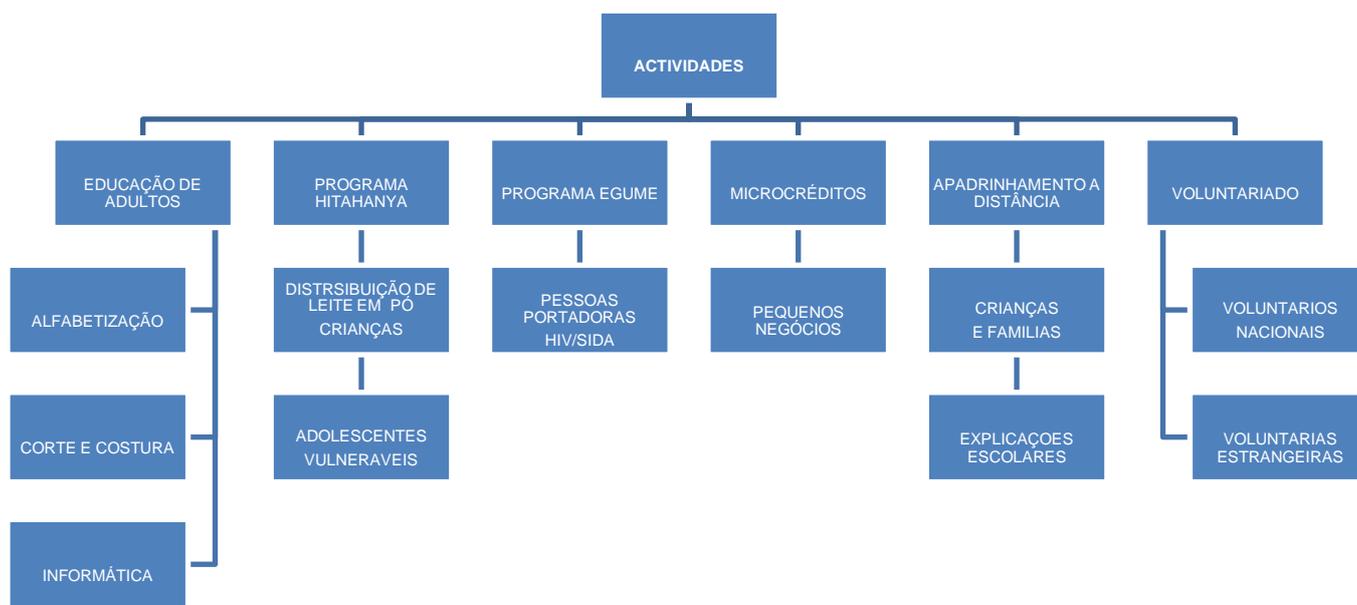


Centro Social Flori

IRMÃS MISSIONÁRIAS DOMINICANAS DO ROSÁRIO

BAIRRO DAS MAHOTAS – MAPUTO – 2011

Anexo2: Programas e Actividades Realizadas na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori



Anexo3: Modelo de entrevista I

A entrevista será destinada a pesquisa junto às mulheres que participaram ou participam nos programas de aprendizagem no Centro Social Flor.

Caras Afabetizadas:

As questões apresentadas são o guião desta entrevista para obter a vossa percepção em relação ao processo de ensino-aprendizagem para melhora a vossa vida assim como a das vossas famílias.

As perguntas incidem mais no seguinte: Geração de rendimentos, Educação Cívica, Sanitária e Processo de ensino-aprendizagem formal e não formal.

- 1- Houve alteração na sua renda desde que começou a participar no programa de alfabetização? Quando? Quanto?
- 2- A sua renda individual é suficiente para cobrir gastos mensais?
- 3- Você possui casa própria?
- 4- Qual é a base da sua alimentação?
- 5- Quando adoece, a quem você recorre?
- 6- Você produz alguma coisa para subsistência? Se sim, o quê? Vende? Consome? Quem vende? A alfabetização contribuiu para a actividade que pratica?
- 7- Conhece o preço dos produtos quando disponíveis no mercado?
- 8- Você se sente realizada com o seu trabalho?
- 9- O que é que você faz quando não estiver a trabalhar?
- 10- Você votou nas últimas eleições? E seu candidato foi eleito? Você acompanha a sua actividade política?
- 11- Você participa de alguma associação?
- 12- Você consegue que as outras pessoas entendam, exactamente, o que você quer dizer?
- 13- Você acredita que as outras pessoas respeitam mais as suas opiniões depois que você participou do programa de alfabetização?
- 14- Você utiliza os serviços bancários? Recebe benefícios, salário, paga contas, etc?
- 15- Você possui conta corrente em algum banco?
- 16- Você está satisfeita com a vida que leva?
- 17- Você pretende continuar estudando após a conclusão do curso de alfabetização?

Anexo 8: Imagens Captadas na Social Flori

Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4



Imagem 5



Imagem 6



Imagem 7



Imagem 8

